

Vanessa Alberto

IMAGEM CORPORAL: CORPOLINGUAGEM

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Lingüística do
Instituto de Estudos da Linguagem, da
Universidade Estadual de Campinas,
como requisito para obtenção do
título de Mestre em Lingüística.

MESTRADO
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

AL14i Alberto, Vanessa.
Imagem corporal: corpolinguagem / Vanessa Alberto. -- Campinas,
SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Nina Virginia de Araújo Leite.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Imagem corporal. 2. Linguagem. 3. Corpo. 4. Psicanálise. 5.
Linguística. I. Leite, Nina Virginia de Araújo. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Body image: bodylanguage.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Body Image; Language; Body; Psychoanalysis;
Linguistics.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

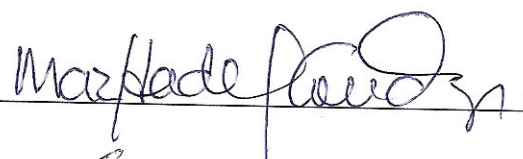
Banca examinadora: Profa. Dra. Nina Virginia de Araújo Leite, Prof. Dr. Edison Duarte,
Profa. Dra. Maria Irma Hadler Coudry, Profa. Dra. Maria Rita Salzano Moraes e Prof.
Dr. José Guillermo Milán Ramos.

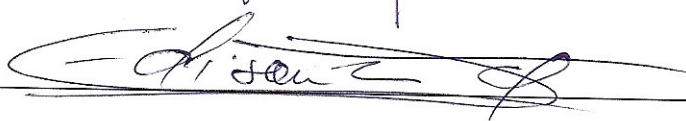
Data da defesa: 24/10/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Nina Virgínia de Araújo Leite 

Maria Irma Hadler Coudry 

Edison Duarte 

Maria Rita Salzano Moraes _____

José Guillermo Milan Ramos _____

RESUMO

Esta dissertação pretende colocar em discussão a estruturação da Imagem Corporal e sua relação com a linguagem. Segundo os postulados psicanalíticos lacanianos que norteiam este trabalho, o sujeito é constituído na e pela linguagem graças à primazia do significante. Existe, portanto, uma ordem simbólica que o constitui. Partindo-se dessa premissa, esta dissertação busca refletir sobre dois aspectos – o corpo e o papel da mãe – na estruturação da Imagem Corporal da criança, por meio da apresentação e da análise de dois trabalhos de três importantes e bem conceituados autores da área de Imagem Corporal: Andre Lapierre, Bernard Aucouturier e Consolação Tavares. Busca-se, com isso, marcar uma posição teórica distinta da dos autores citados, considerando o funcionamento corporal na sua relação com o simbólico e a mãe não apenas como um representante da cultura que se relaciona corporalmente com seu bebê, mas como o Outro, que pelo significante faz o recorte simbólico no corpo de sua criança, possibilitando a identificação do *infans* ao agente materno. Apenas sob essas condições é que se torna possível, então, a estruturação da Imagem Corporal no sujeito. Esta dissertação, portanto, aborda o CORPOLINGUAGEM.

Palavras-Chave: *Imagem Corporal; Linguagem; Corpo; Psicanálise; Lingüística.*

ABSTRACT

This paper intends to argue the Body Image structure and its relationship with the language. According to Lacan postulates that guide this work, mankind is constituted in and through the language because of the significant's priority. Therefore, there is a symbolic order that constitutes him. Thus, this paper reflects about two aspects – the body and the mother's role – in the structure of the child Body Image, through the presentation and analysis of two works of three important and highly regarded authors: Andre Lapierre, Bernard Aucouturier e Consolação Tavares. This paper aims to determine a different theoretical premise, considering the body functioning in his relationship with the symbolic, and the mother not only as a representative of the culture, but as the Other, that does the symbolic clipping in her baby's body through the significant, what makes it possible to identify the *infans* to the maternal agent. Only under these conditions it is possible the Body Image structure in mankind. Therefore, this paper approaches BODYLANGUAGE.

Key Words: Body Image; Language; Body; Psychoanalysis; Linguistics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Capítulo I	
PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS ESTUDOS SOBRE IMAGEM CORPORAL....	10
1. Principais autores	11
2. Paul Schilder	17
2.1 Aspectos Fisiológicos	18
2.2 Aspectos Libidinais.....	20
2.3 Aspectos Sociológicos.....	23
Capítulo II	
A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM CORPORAL	26
1. Corpo e Linguagem, por Andre Lapierre e Bernard Aucouturier	28
2. Papel da mãe, por Maria da Consolação Tavares.....	32
Capítulo III	
LINGUAGEM: A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM CORPORAL.....	38
1. Corpolinguagem	40
2. Um breve retorno aos autores	42
3. Linguagem e Comunicação	45
3.1 O signo lingüístico saussureano e a subversão lacaniana	48
4. Linguagem constitutiva do sujeito.....	61
4.1 Linguagem, língua, fala	63
5. Corpo e Organismo	66
6. O papel da mãe: agente materno	74
6.1 A mãe como sujeito desejante.....	80
7. O estádio do espelho.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
ANEXO	
1. IMAGEM CORPORAL: AUTORES E CONCEITOS	100
BIBLIOGRAFIA	101

INTRODUÇÃO

Quando fui apresentada aos estudos sobre Imagem corporal, nos moldes como são realizados na Faculdade de Educação Física da UNICAMP (FEF), percebi que a área poderia ser bastante interessante para os estudos de outras áreas. Se questionarmos qualquer pessoa comum sobre qual a área do conhecimento que se interessa pelo “corpo”, dificilmente ouviremos a resposta “Linguística”. Entre Medicina, Dança e outras possíveis respostas, certamente uma das mais comuns será “Educação Física”. E foi exatamente dessa forma que pensei. Ora, a área do conhecimento que se interessa por “corpo” é a Educação Física, mas até então eu achava que seria um interesse literal pelo “físico”, pelo movimento, pela performance, pela saúde do corpo biológico. A surpresa (agradável) foi ver que, naquela faculdade, os alunos não aprendem somente Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, mas são sensibilizados para questões outras, de qualidade de vida, de relação entre o corpo e o indivíduo.

A proposta desta dissertação é a de um diálogo entre esta área – a Educação Física, especificamente na área de concentração Atividade Física, Adaptação e Saúde, com a linha de pesquisa sobre Imagem Corporal – e a Linguística. Meu ponto de vista, portanto, é linguístico, mas não é um ponto de vista qualquer, visto que é atravessado pela psicanálise, especificamente na sua leitura lacaniana. Tal lugar teórico deve ser considerado, visto que seguir o ensino

de Lacan implica em levar a hipótese do inconsciente estruturado como uma linguagem às últimas conseqüências, pois é uma hipótese radical.

E falar de corpo, partindo desse lugar teórico, implica em se falar de corporeidade, tudo junto, indissociável. E ter como princípio, a exemplo do que afirma Levin (2004), que:

O corpo neuro-anatômico, o tônus muscular, os braços, as pernas, o nariz, os olhos, a boca, o sistema nervoso, o digestivo, o circulatório, numa só palavra, todos os órgãos, componentes e sistemas do corpo, estão tomados por uma estrutura que subverte e modifica o equilíbrio homeostático do corpo; esta particular estrutura é a linguagem (...) Espaço simbólico que não é constituído e sim constituinte do sujeito e, com ele, do seu corpo e do seu movimento. (Levin, 2004, p. 14-15)

É partindo dessa premissa que este trabalho surge e se justifica, visto que os estudos sobre Imagem Corporal partem de um lugar teórico distinto, onde a linguagem não tem lugar ou, se tem, assume um caráter reduzido, de simples comunicação. O corpo, a partir de então, não é visto na sua relação intrínseca com a linguagem, mas ela surge como mera função, exterior a ele.

Como pensar, então, a constituição da Imagem Corporal de uma criança se o que existe não é um corpo apenas biológico, mas um corporeidade? É exatamente esta a nossa questão, que será desenvolvida a partir da leitura crítica do recorte da produção teórica de três autores importantes para a área da Imagem Corporal: Andre Lapierre, Bernard Aucouturier e Consolação Tavares.

Longe de ser uma crítica, esta dissertação pretende ser crítica, o que é muito diferente, pois implica em reflexão e em sustentação teórica de um ponto de

vista distinto do dos autores citados. Espera-se, com isso, que tanto a Lingüística seja beneficiada por um construto teórico sobre o corpo, quanto a Educação Física se beneficie da consideração de um aparato teórico lingüístico.

CAPÍTULO I

PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS ESTUDOS SOBRE IMAGEM CORPORAL

Este primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar os principais estudiosos sobre Imagem Corporal, através de uma revisão bibliográfica extensa, porém não exaustiva. A importância desta questão é a de refletir acerca do contexto do surgimento dos estudos sobre Imagem Corporal, visando à compreensão do estágio atual das pesquisas da área.

O trabalho de Paul Schilder será apresentado com riqueza de detalhes, devido à importância do autor para o tema e pelo fato de os pesquisadores sobre os quais se instaura esta reflexão – Aucouturier e Lapierre, e Tavares – considerarem a obra de Paul Schilder um ponto de partida para as suas próprias reflexões. Além disso, um quadro sintético apresentando a visão de vários autores a respeito do conceito de Imagem Corporal, para fins de ilustração, constitui o Anexo I.

1. Principais autores

O médico e cirurgião francês Ambroise Paré, no início do século XVII, atestou a existência do fenômeno do “membro fantasma”, relatado por pacientes amputados. Trata-se da ilusão de existência de um membro que, na verdade, está ausente.

No século XIX, cresceu o interesse de neurologistas pelas possíveis relações entre corpo, patologias e localização cerebral. Percebeu-se que lesões cerebrais provocavam alterações na representação mental do corpo, por exemplo: incapacidade de distinguir no corpo o lado esquerdo do direito; negação da existência de várias partes do corpo; incapacidade de reconhecer a paralisia de partes corporais; falsa atribuição de partes corporais de si mesmo. (Cf. Barbosa, 2003).

Tissie, em 1898, utilizou-se do termo “moi splanchnique”¹ referindo-se a um self visceral, o centro do ser, que se relacionaria intimamente com a imagem do corpo. (Cf. Barros, 2001)

O francês Pierre Bonnier, em 1905, com a publicação do texto *L'aschématie*² na “Revue Neurologique 13”, descreveu esquematia como todo distúrbio de imagem corporal, divididos em dois tipos: hiperesquematia –

¹ “Splanchnique”: trata-se do termo em francês para designar o plexo secundário esplênico, que enerva parte das vísceras abdominais.

² *Aschématie*: affection se caractérisant par une perception qu'un individu a de certaines parties de son corps, celles-ci donnant l'impression de cesser de figurer dans la notion qu'il a de celui-ci.

quando uma parte do corpo ocuparia, para o indivíduo, uma área maior que a usual –, e hipoesquematia – quando uma parte do corpo ocuparia, para o indivíduo, uma área menor que a usual. (Cf. Barros, 2001)

Em 1908, o tchecoslovaco Arnold Pick demonstrou, em suas pesquisas, que crianças amputadas quando pequenas ou que nascessem sem algum de seus membros não apresentavam o fenômeno do membro fantasma. Em sua publicação *Patologia da consciência do eu*, o pesquisador propôs que a imagem mental do corpo estaria integrada a sensações táteis, estímulos visuais e cinestésicos, e ainda descreveu casos clínicos em que patologias de sentimentos corporais poderiam estar relacionadas a perturbações do eu. (Cf. Barros, 2001 e Barbosa, 2003)

Já Henry Head, em 1920, trabalhou o conceito de modelo postural do corpo, o qual seria um esquema plástico, segundo as posturas assumidas pelo indivíduo. Para o autor, qualquer alteração postural poderia mudar o esquema corporal³.

A publicação de Freud, em 1923, de “O Ego e o Id”, foi também importante para os estudos da Imagem Corporal. O autor afirmou que o ego seria, antes de tudo, um ego corporal, e alguns pesquisadores da área concluíram que o ego

[Afecção caracterizada por uma percepção que um indivíduo tem de certas partes de seu corpo, como se não fizessem parte dele. (Fonte: Encyclopédie Vulgaris-Médical; *tradução minha*)

³ Head foi o primeiro autor a se utilizar do termo “esquema corporal”, o qual, ainda hoje, é utilizado por alguns autores até mesmo como sinônimo de “imagem corporal”. Tal escolha gera discussões teóricas acerca de sua adequação, entretanto, tal polêmica não se faz essencial para este trabalho. Portanto, adota-se, aqui, o termo Imagem Corporal por uma escolha de linha teórica.

poderia ser parte integrante da própria imagem do corpo. Segundo tais autores, o ser humano não existiria sem um corpo, já que é ele mesmo o corpo. Segundo o texto original de Freud: “O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície.” (Freud, 1923) Ou seja, para o autor, o ego – instância psíquica central do sistema percepção-consciência – é derivado das sensações corporais, em especial daquelas originadas da superfície do corpo; é uma projeção mental da superfície do corpo. (Cf, Freud, 1923)

A publicação de Paul Schilder – A imagem do corpo: as energias construtivas da psique –, em 1935, fez do autor alguém inovador para a sua época e de sua publicação um divisor de águas para os estudos sobre Imagem Corporal. Ainda hoje, Schilder é leitura fundamental para os pesquisadores. Sua grande contribuição foi a apresentação de uma visão de Imagem Corporal visivelmente não pautada em uma análise estritamente neurológica, mas em uma abordagem integrada, através do que se considera uma perspectiva sistêmica⁴. Sua visão de Imagem Corporal é vinculada à identidade de cada indivíduo, uma perspectiva bastante avançada para a época, bem diferente da rigidez proposta pelos neurologistas até então. O autor nos apresenta uma base fisiológica, uma estrutura libidinal e uma sociologia atreladas à construção da Imagem Corporal⁵.

⁴ Em Medicina, relaciona-se ao que afeta o corpo inteiro.

⁵ Por sua importância indiscutivelmente relevante para os estudos em Imagem Corporal, o próximo tópico será dedicado a apresentar detalhadamente a teoria de Paul Schilder.

Os conteúdos de sua obra vinculam-se ao contexto científico e cultural de sua época e Schilder possuía uma formação diferenciada, já que era neurologista e psiquiatra, mas com conhecimentos em Psicanálise e Filosofia.

Cash e Pruzinsky (2004) fazem uma breve apresentação histórica das pesquisas em Imagem Corporal anteriores e posteriores à década de 90. Citam Seymour Fisher como um dos pesquisadores mais importantes da área, com diversas publicações em que trabalhou diversos temas, tais como os limites da imagem corporal, o significado de partes específicas do corpo, consciência geral do corpo, distorções na percepção corporal e funcionamento da imagem do corpo em experiências sexuais. Franklin Shontz é também citado pelo seu trabalho de 1969 intitulado “Perceptual and Cognitive Aspects of Body Experience”, em que critica a dominância que as perspectivas psicodinâmicas em imagem corporal vinham adquirindo, pois segundo ele esta mudança do neurológico para o psicológico estaria retirando o “corpo” da própria “imagem corporal”. Por fim, David Krueger surge com o trabalho de 1989 “Body Self and Psychological Self: Developmental and Clinical Integration in Disorders of the Self”, em que exemplifica como a psicodinâmica moderna pode iluminar diferentes facetas do funcionamento da imagem corporal, incluindo influências extremamente precoces, as relações interpessoais e outros processos de desenvolvimento na formação da imagem do corpo. (Cf. Cash e Pruzinsky, 2004).

Os autores passam a uma revisão da década de 90 com a certeza de que foi um período frutífero para a área. Citam trabalhos individuais de Kevin

Thompson (1990; 1996) – sobre transtornos alimentares e obesidade – e de Linda Jackson (1992) – sobre as questões socioculturais e biológicas envolvidas na atração física entre os sexos –, além da publicação em conjunto de Thompson, Heinberg, Altabe e Tantleff-Dunn (1999) – “Exacting Beauty: Theory, Assessment, and Treatment of Body Image Disturbance”, ilustrando o progresso das pesquisas em imagem corporal – e da publicação de Thompson e Smolak (1992) – dedicado à imagem corporal na infância e na adolescência.

É importante ressaltar que a década de 90 se iniciou com a publicação da obra dos próprios Cash e Pruzinsky, “Body Images: Development, Deviance, and Change”, edição não revista e ampliada da edição de 2004 que está sendo utilizada nesta dissertação. Os autores consideram a própria publicação como um catalisador ao reconhecimento e ao refinamento da natureza multidimensional da imagem corporal e de sua relevância multidisciplinar (Cf. Cash e Pruzinsky, 2004).

Por fim, mais dois autores também se fazem presentes nesta breve recapitulação histórica dos estudos sobre Imagem Corporal: Jean Le Boulch e Merleau Ponty.

Le Boulch (1998) afirma que a imagem do corpo não é um conceito, mas uma função que, para ser alcançada, depende de um processo de maturação da criança, vinculado à quantidade e à qualidade da relação corpo-meio, o que incluiria intencionalidade e afetividade. (Cf. Balestra, 2002). Para o autor, “a imagem corporal do bebê amadurece aos poucos na medida em que ele experimenta o toque, a exploração do espaço, a manipulação e contato com

objetos”. (Le Boulch, 1987). A estruturação através das relações corpo-meio favoreceria até mesmo o desenvolvimento da personalidade do indivíduo.

Merleau Ponty, por sua vez, apresenta uma visão fenomenológica de corpo. Se a fenomenologia é considerada a “ciência da percepção”, o autor afirma que não somente a percepção do mundo pelo homem se dá através do corpo, mas que o homem é um corpo. E o corpo realiza e penetra o mundo, mas também doa e ganha significação, através de uma consciência perceptiva solidária. O corpo olha, mas também se olha e se reconhece no que vê; ele modifica e é modificado pelo mundo. O corpo seria, então, um sujeito ativo no mundo (Cf. Balestra, 2002 e Knijnik, 2001). O autor assinala o caráter corpóreo da significação; o corpo seria o possibilitador da compreensão dos gestos e das palavras, as quais seriam detentoras do próprio sentido⁶, o qual seria criado e se daria a ver na comunicação através do corpo do outro. O sentido dos gestos seria compreendido quando retomado por um ato do espectador:

Obtém-se a comunicação ou a compreensão dos gestos pela reciprocidade entre minhas intenções e os gestos do outro, entre meus gestos e intenções legíveis na conduta do outro. Tudo se passa como se a intenção do outro habitasse meu corpo ou como se minhas intenções habitassem o seu. (Merleau Ponty, 1994, p. 251)

Seria o corpo, então, que apreenderia o sentido da própria conduta do corpo do outro, e vice-versa.

⁶ Merleau Ponty busca refutar duas hipóteses: a de que o sentido das palavras estaria na dependência da pura interpretação dos indivíduos e a de que o mesmo seria dado objetivamente pela experiência.

2. Paul Schilder

Este tópico terá início a partir do que Schilder advoga como sendo a imagem do corpo: trata-se da “figuração de nosso corpo formada em nossa mente, ou seja, o modo pelo qual o corpo se apresenta para nós”. (Schilder, 1999, p. 7). Segundo o autor, a Imagem Corporal não é uma mera representação, ou percepção, ou, ainda, imaginação. Os processos que constroem a Imagem Corporal são paralelos aos campos libidinal e social, além, é claro, do aparato fisiológico do organismo. A imagem seria construída a partir de estímulos conferidos ao corpo, tais como sensações táteis, olfativas, térmicas, de dor. A interpretação de tais estímulos, entretanto, seria da ordem do individual e, portanto, a construção de uma Imagem Corporal estaria na dependência de fatores, além de conscientes, também inconscientes, relacionados a desejos individuais e, ainda, às interações de cada indivíduo com o ambiente, com a sociedade.

Para Schilder, não somente fatores patológicos afetariam a Imagem Corporal, mas também o cotidiano. A construção de uma Imagem Corporal é, sob esta perspectiva, um fenômeno complexo, multifacetado, constituído de três dimensões: fisiológica, libidinal e sociológica.

2.1 Aspectos Fisiológicos

O aparato fisiológico é constituído por toda a organização anatômica do organismo: ossos, músculos, nervos, veias, artérias, órgãos, tecidos e substâncias químicas e hormonais responsáveis pelo bom funcionamento biológico do corpo. Destaca-se o funcionamento do cérebro, responsável por ‘comandar’ todas as funções vitais, as quais ocorrem ininterruptamente. O corpo humano, aqui, poderia ser visto como uma ‘máquina’, em que, quando uma ‘engrenagem’ não funciona bem, todo o sistema fica comprometido.

Schilder apresenta alguns casos clínicos interessantes. Para citar apenas dois, selecione relatos sobre hemiplegia – paralisia de um dos lados do corpo, ocasionada por uma lesão no lado oposto do cérebro – e membro fantasma – ilusão de existência de um membro que, na verdade, está ausente.

Os sintomas do quadro hemiplégico variam de sujeito para sujeito. Um paciente pode possuir a paralisia, do lado esquerdo ou do direito, reconhecer o seu quadro e passar a lidar com a hemiplegia através, por exemplo, de um acompanhamento fisioterapêutico. Outros pacientes podem ser acometidos pelo mesmo quadro hemiplégico, mas não o reconhecerem. Como consequência, o sujeito pode acreditar estar sadio, mas esbarrar em objetos indiscriminadamente, por vezes, machucando-se sem perceber; pode realizar movimentos com o lado efetivamente saudável, mas acreditando estar sadio, pensar ter realizado a função com ambos os lados; pode, ainda, ignorar o lado comprometido e transferir todas

as suas sensações para o lado sadio – se, por exemplo, o lado comprometido sofrer algum trauma, a sensação ocorrerá do lado sadio; pode, também, sentir que o lado paralisado é estranho ao seu corpo, como se fosse separado, como se não lhe pertencesse.

Já uma pessoa que sofre amputação pode nunca mais sentir a presença do membro amputado. Outras, ao contrário, sentem o fenômeno do membro fantasma, o qual pode se presentificar de diferentes formas: o indivíduo tem sensações táteis como se o membro estivesse ali (coceira, dor, sensação de movimento), chegando até mesmo a esquecer-se da amputação; nos casos em que o fenômeno permanece por anos, o sujeito tem uma imagem imutável de seu membro, similar à de quando o perdeu; o indivíduo pode ter a fantasia de que seu membro está guardado e que lhe poderá ser devolvido.

Tais relatos possibilitam reconhecer que uma alteração na Imagem Corporal pode não ser simples dano no sistema nervoso central porque, como exemplificado acima, lesões similares podem provocar sintomas distintos no sujeito. Em ambos os casos, houve uma mudança significativa no corpo, ou com perda de função – como é o caso na hemiplegia – ou com a falta efetiva de um membro – como é o caso da amputação. Com isso, a mudança não é só no nível das sensações corporais, mas as relações sociais também são afetadas.

Schilder reconheceu que uma disfunção neurológica poderia promover, além de uma alteração na imagem corporal, uma reação do organismo em preservar-se em sua identidade, modificando sua imagem a partir das vivências

conseqüentes da disfunção. Enfatizou-se, então, que as alterações, nestes casos, precisavam ser analisadas não somente do ponto de vista neurológico, mas também do psicológico, considerando que as experiências do indivíduo poderiam também trazer determinadas alterações. Nas palavras do próprio autor, observa-se a relação entre os campos orgânico e psíquico:

Qualquer mudança na função orgânica está propensa a originar mecanismos psíquicos que tenham afinidade com essa função orgânica. Esse reflexo na esfera psíquica nos ajudará a entender a essência da função orgânica. (Schilder, 1999, p. 31)

2.2 Aspectos Libidinais

Inicialmente, segundo Schilder, a criança é dotada apenas de uma libido narcisista, ou seja, voltada para seu corpo como um todo e sem dar atenção ao mundo externo. No decorrer de sua constituição sexual, fazem-se presentes práticas consideradas de natureza perversa, que serão posteriormente reprimidas para submeterem-se ao domínio das práticas genitais⁷. Tais práticas são observadas já na fase auto-erótica, em que a libido concentra-se em partes específicas do corpo da criança: trata-se das chamadas pulsões parciais: pulsão oral (prazer de sucção); pulsão anal (defecação); pulsão escópica (olhar).

Ressalto que o conceito de libido – energia sexual – remonta a Freud. O autor instaura uma diferença entre o auto-erotismo – um estado inicial da libido – e

⁷ No caso das perversões adultas, hipotetiza-se que as mesmas seriam resultado da permanência das perversões sexuais infantis que não teriam recaído sob o domínio das práticas genitais.

o narcisismo. Ao estado inicial da libido Freud denominou auto-erotismo; já o termo narcisismo foi derivado de uma descrição clínica e sustentado por Paul Näcke, em 1889, para referir-se à atitude de pessoas que tratavam seu próprio corpo como tratavam o corpo de um objeto sexual. Segundo Freud, a constituição do ego é o cerne desta questão:

(...) posso ressaltar que estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo — uma nova ação psíquica — a fim de provocar o narcisismo. (Freud, 1914)

Segundo Schilder, “qualquer libido ou energia dos desejos do ego só pode aparecer em conexão com um objeto” (Schilder, 1999, p. 137), e o autor coloca a seguinte pergunta: “Qual o objeto para o qual o instinto do ego é dirigido?” (Schilder, 1999, p. 137). Para Paul Schilder, a resposta a esta pergunta é “a libido narcisista tem como objeto a imagem do corpo.” (Schilder, 1999, p. 137).

O autor advoga que, se percebemos os objetos do mundo tal qual nosso corpo nos aparece para nós (podendo, inclusive, incorporar partes do mundo), então não faria sentido afirmar que, para o recém nascido, o corpo existe, mas o mundo não, já que “corpo e mundo são experiências interconectadas” (Schilder, 1999, p. 137)

Schilder, contudo, concorda que a fronteira entre corpo e mundo pode não estar bem definida. Assim como nos adultos, “corpo e mundo estão em constante

intercâmbio” (Schilder, 1999, p. 137). Na fase narcisista, a zona de indiferenciação entre corpo e mundo provavelmente teria um papel mais importante. Para o autor:

(...) a libido narcisista será ligada às diferentes partes da imagem do corpo e, nos vários estágios do desenvolvimento da libido, o modelo corporal mudará continuamente. Na estrutura global do esquema corporal as zonas erógenas terão o papel principal (...) O fluxo libidinal de energia influenciará grandemente a imagem corporal. (Schilder, 1999, p. 138)

Schilder, entretanto, afirma não haver razões para crer que as atividades musculares não terão significado para o erotismo da superfície do corpo (Cf. Schilder, 1999, p. 138):

Supomos que toda ação do ego (...) inclusive agarrar, apalpar e sugar, terá mais uma vez influência sobre a estrutura da imagem corporal. Os sentidos influenciarão a mobilidade, e esta influenciará os sentidos (...). (Schilder, 1999, p. 138)

Com isso, compreende-se que, segundo Schilder, há uma íntima relação entre nossas ações e as estruturas libidinais, o que foi percebido através do relato de diversas experiências que mostraram a diferença das estruturas libidinais no próprio modelo postural do corpo. Para citar apenas um exemplo, se o indivíduo sente dor, toda a sua libido narcisista estará concentrada no ponto doente. A dor pode ser consequência de uma doença, que altera significativamente a imagem do corpo, mas também, por vezes, a dor pode ser psicogênica – a base orgânica é suplantada por um significado que utiliza uma parte específica da imagem corporal para expressar tendências libidinais. (Cf. Schilder, 1999, p. 176)

2.3 Aspectos Sociológicos

Os valores culturais e sociais também são relevantes, segundo Schilder, para a construção de uma Imagem Corporal. Valorizam-se certas posturas em detrimento de outras, valorizam-se roupas, objetos, atitudes, enfim, vários são os aspectos sociais vinculados à Imagem Corporal de um indivíduo. O autor defende a conexão intrínseca entre as imagens corporais de todas as pessoas, sem rechaçar a individualidade do sujeito.

Entretanto, emoções, pensamentos e determinadas atitudes estão sempre respaldadas por um aparato social, que dita regras. É claro que não há uma Imagem Corporal coletiva, mas todos os indivíduos constroem a sua Imagem Corporal em contato com os outros, com o mundo, em uma troca contínua:

As impressões visuais relativas a nosso corpo, que são tão importantes para a formação da imagem corporal, não diferem muito das impressões visuais que temos dos corpos dos outros. É impossível dizer que passamos a conhecer os corpos externos e suas imagens projetando nosso corpo no mundo externo. Mas, também, não se justifica tomarmos a posição oposta, dizendo que aprendemos sobre nosso corpo introjetando as imagens corporais de outrem. A imagem corporal não é um produto da apropriação dos corpos alheios, apesar de podermos incorporar partes de imagens corporais de outras pessoas a nosso modelo postural. A imagem corporal também não é obtida através da identificação com as imagens corporais alheias, apesar de podermos enriquecer nossa percepção da imagem corporal com tais identificações. (Schilder, 1999, p. 259-260)

Segundo o autor, a tendência que o ser humano tem de observar o próprio corpo e o corpo dos outros, além de se sentir realizado ao ser observado por

outros, é prova circunstancial de que a Imagem Corporal é, também, um fenômeno social:

(...) qualquer separação entre processos perceptivos e emocionais (libidinais) é artificial. Não só nos vemos, mas também temos uma tendência a ver nosso corpo tanto quanto o corpo dos outros. (Schilder, 1999, p. 239).

Nas palavras do autor:

Ego ou “tu” não são possíveis um sem o outro. Nossa própria imagem corporal não é possível sem as imagens corporais dos outros. Mas quando elas se criam, são criadas em troca constante (...) Ego, “tu”, personalidade, corpo, mundo são entidades separadas, mas aí ocorre o processo psicológico contínuo que muda a relação entre o ego e o mundo, entre o ego e a imagem, corporal, entre as imagens corporais de várias pessoas. (Schilder, 1999, p. 336)

Percebe-se, portanto, a integração entre as três dimensões teorizadas por Schilder. Seguir tal pressuposto teórico implica em não desvinculá-las, dado que tal perspectiva é indispensável para a compreensão da obra do autor. Em resumo:

Uma discussão da imagem corporal como entidade isolada é necessariamente incompleta. Um corpo é sempre a expressão de um ego e de uma personalidade, e está num mundo. Mesmo uma resposta preliminar ao problema do corpo não pode ser dada, a menos que tentemos uma resposta preliminar sobre a personalidade e o mundo. (Schilder, 1999, p. 337)

Neste capítulo, vimos uma breve retrospectiva histórica dos estudos sobre Imagem Corporal, a fim de situar temporalmente tal campo de reflexão e nomear

autores importantes que conduziram ou ainda conduzem as pesquisas atuais. A seguir, os trabalhos de Aucouturier e Lapierre (1984) e Tavares (2003) serão apresentados, segundo o recorte que esta dissertação propõe, para posterior discussão.

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM CORPORAL

O segundo capítulo desta dissertação tem como objetivo apresentar a visão de três importantes autores⁸ - Aucouturier e Lapierre (1984) e Tavares (2003) – sobre o processo de constituição da Imagem Corporal na criança, questão esta que direciona toda a reflexão do trabalho aqui proposto.

Observa-se, entre os estudiosos de Imagem Corporal da atualidade, certo desinteresse por esta questão. As pesquisas atuais refletem sobre recortes outros do tema, por exemplo: a Imagem Corporal na terceira idade; a Imagem Corporal de indivíduos praticantes ou não praticantes de atividades físicas; a Imagem Corporal de portadores de deficiências físicas; a Imagem Corporal de jovens vítimas de transtornos alimentares; entre outros. Tais recortes dizem respeito a indivíduos com uma Imagem Corporal já constituída, ao contrário do trabalho aqui proposto, que busca refletir sobre a constituição desta Imagem, partindo do pressuposto de que a mesma não é inata e buscando mostrar o papel essencial da linguagem nesse processo.

Cabe observar que o que será apresentado a seguir é um recorte bastante específico, visando a direcionar a discussão. Sobre os autores Aucouturier e Lapierre, interessa refletir sobre os conceitos de “corpo” e de “linguagem” com o

⁸ Compilados em duas obras.

qual trabalham; já sobre a autora Tavares, o recorte será feito a partir de suas considerações a respeito do “papel da mãe” na interação mãe-bebê. Também é importante ressaltar que este capítulo não visa à discussão destes conceitos, mas apenas a uma apresentação, estritamente vinculada à perspectiva teórica adotada pelos autores. Uma reflexão teórica, apresentando os pontos de discordância com tais pontos de vista, será feita no último capítulo desta dissertação.

1. Corpo e Linguagem, por Andre Lapierre e Bernard Aucouturier

A obra de referência dos autores Aucouturier e Lapierre para este trabalho é o livro *Fantasmas corporais e prática psicomotora*.⁹ Tal obra busca definir “uma prática psicomotora baseada na dimensão fantasmática do corpo e do modo de agir.” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 4). Ressalto que o meu interesse específico neste livro não se refere à prática psicomotora clínica em si, mas nos pressupostos e conceitos acerca de “corpo” e “linguagem” presentes na obra.

Aucouturier e Lapierre afirmam que sua concepção de fantasmática corporal vai ao encontro da problemática psicanalítica, especialmente a lacaniana. Esclarecem, entretanto, que, se suas observações corroboram tal teoria, tal fato não é impedimento para que adotem uma postura crítica frente a ela. Estas observações chamam a atenção logo de início, uma vez que os postulados lacanianos acerca da relação corpo, inconsciente e linguagem são a premissa teórica do trabalho a que se propõe esta dissertação.

Os autores afirmam que, diferentemente de Freud e de outros psicanalistas – e Lacan é incluído entre esses ‘outros’ não denominados – eles não trabalham no nível do discurso sobre o corpo, mas no nível do próprio corpo, na “espontaneidade primitiva de suas reações.” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 10).

Aucouturier e Lapierre dizem que as sensações iniciais do feto, registradas em seu sistema nervoso, são do tipo fusional, ou seja, o estado de indiferenciação

⁹ São Paulo: Editora Manole, 1984.

ao corpo da mãe é total. Assim, o eu-corporal do feto não existe como separado, não há diferenciação entre o eu e o não-eu. Suas necessidades fisiológicas são sanadas; então, o feto não tem, ainda, necessidades, desejos, frustrações: ele simplesmente nada espera do exterior, está em estado de completude.

O nascimento, entretanto, é um trauma significativo na perspectiva dos autores, que julgam que “o lactente é um corpo que sofre em sua prematuridade orgânica e só sobrevive graças ao corpo do outro.” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 11). Tira-se a criança de seu estado de plenitude fusional. Inúmeras sensações a invadem e penetram seu corpo. Cria-se um “vazio”, uma perda de completude. Tal fato, entretanto, não significa a separação do eu e do não-eu no bebê, a qual só se concretiza pela experiência. O bebê, em um primeiro momento, não possui nem uma imagem global de seu próprio corpo. Para os autores:

A criança não encontra uma certa plenitude fusional senão em contato de todo seu corpo com um corpo adulto; o corpo da mãe, ou de sua substituta, também o do pai e, em geral, *qualquer corpo que a deseja*. Para que esse contato seja “pleno”, é preciso que sua superfície seja tão larga e extensa quanto possível, envolvendo de algum modo todo o corpo do bebê. Para que seja fusional, é preciso que a qualidade deste contato permita à criança investir no corpo do adulto como parte dele mesmo. As condições que favorecem esta fusão são: o calor do corpo, o contato com a pele, o hálito, o ato de embalar, o aleitamento, o olhar, a voz e, sobretudo, o acordo das tensões tônicas. (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 11)

Para os autores, a fusão só é satisfatória se há desejo e prazer mútuos, quando o bebê torna-se o complemento da falta do adulto. E a mãe deve preencher, no plano corporal, a falta da criança. A qualidade do denominado

“diálogo corporal tônico” é fundamental para o futuro da criança, permitindo “o acesso a uma imagem formada e coerente do eu corporal. Essa unificação, essa unidade do eu corporal aparece por volta de 8-9 meses. É o estágio do espelho, a ‘imagem especular’ de Lacan.” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 12). Para Aucouturier e Lapierre, os termos “imagem” e “espelho” implicam em uma referência exclusivamente visual que os autores contestam, já que “a imagem visual (...) só pode tomar sua significação a partir de uma junção concomitante, ou ainda verossimilhante com a anterior, das percepções proprioceptivas” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 12). E exemplificam, em uma nota de rodapé: “Não compreendemos como o cego poderia chegar à unicidade corporal através de uma imagem visual.” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 12).

Prosseguem o raciocínio dizendo que, independentemente do que isso seja, trata-se de uma etapa indispensável para a aquisição da identidade. Os autores consideram, entretanto, que tal imagem é muito imperfeita e precisa ser reforçada periodicamente:

São as experiências motoras da criança, principalmente as experiências “globalizantes” nas quais seu corpo está totalmente engajado, que vão permitir-lhe esta totalidade. Dentre essas experiências são fundamentais as situações de equilíbrio e desequilíbrio, que interessam necessariamente todo o corpo e necessitam de uma coordenação global. (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 23)

Ainda falando sobre a etapa do espelho, os autores advogam que este é o momento em que a criança une seu corpo e se separa do corpo do outro, além de

mudar seu comportamento. Ela procura situações fusionais, aninha-se no corpo do adulto amado, complemento de sua falta, a qual, para os autores, “é inicialmente, *originalmente*, não apenas uma *falta no corpo*, mas também uma *falta do corpo do outro*.” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 14).

A frustração desse desejo fusional da criança é, entretanto, inevitável e deve ser aceita através de substituições simbólicas. Os autores retomam, novamente, Lacan:

É neste distanciamento do corpo que se situa a passagem do imaginário ao simbólico, o acesso ao que Lacan chama de ‘ordem simbólica’. É este espaço de encontro, que é ao mesmo tempo o local da criança e o local do outro, que chamamos de ‘espaço fusional’ por ser o local de uma fusionalidade simbólica, à distância, através das produções do corpo do outro. (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 16).

A personalidade, para os autores, começa a se estruturar a partir das primeiras experiências corporais, praticamente ao nascimento, e se estrutura e se modifica a partir das experiências relacionais. As perturbações da personalidade, neste sentido, nada mais são do que perturbações das relações do indivíduo com o que é exterior ao corpo:

Só existimos – no sentido existencial – na medida em que temos a possibilidade de nos comunicar com os seres e as coisas que nos cercam, isto é, de um lado estabelecer relações significantes com o nosso corpo, suas sensações e suas produções, e do outro com o que é exterior a ele. O estabelecimento destas relações depende antes de mais nada do desejo e do prazer de comunicar. O que chamamos de nossa personalidade é o nosso modo pessoal de estruturar estas relações, nossa maneira de perceber e de reagir. (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 56)

Aucouturier e Lapierre consideram que, até os dois anos de idade, a criança não tem acesso à linguagem e ao pensamento verbal, então:

(...) será preciso realmente admitir que a personalidade (e suas perturbações) se estrutura a partir de um vivenciamento essencialmente psicomotor, um vivenciamento que nós adultos, seres de linguagem e de lógica, temos alguma dificuldade em imaginar, *um vivenciamento feito de sensações com conotações tônico-afetivas e emocionais não conceituadas*. (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 57)

Tal vivenciamento é inacessível ao pensamento verbal, portanto, não pode ser conceituado, e daí advém a necessidade de outra linguagem: a linguagem corporal, psicomotora e tônica, que atinge, segundo os autores, as camadas profundas da personalidade. Dialoga-se com o corpo do outro.

Não se pode perder de vista o objetivo dos autores neste texto, ainda que não seja o ponto de interesse desta dissertação: a apresentação de uma clínica psicomotora: “É esta regressão em direção a modos de comunicação arcaicos que constitui o princípio fundamental da terapia psicomotora.” (Aucouturier e Lapierre, 1984, p. 57).

2. Papel da mãe, por Maria da Consolação Tavares

Tavares apresenta de forma atualizada o conceito e o desenvolvimento da Imagem Corporal, além de preencher uma lacuna na bibliografia brasileira referente ao tema. A obra de referência da autora para este trabalho é o livro

*Imagem Corporal – conceito e desenvolvimento*¹⁰, e a maior parte do capítulo 4 da referida obra é o foco desta dissertação, uma vez que se detém a refletir sobre o desenvolvimento da imagem corporal na criança, assunto de grande interesse deste trabalho, através dos dois tópicos selecionados: *O eixo articulador: as sensações corporais e A raiz da subjetividade: as pulsões; Identidade e Imagem Corporal*.¹¹

Ressalto que será o “papel da mãe” o foco de minha discussão posterior e que esta dissertação vai propor que a Imagem Corporal da criança não se desenvolve, mas se estrutura. É um ponto essencial da teorização que será apresentado oportunamente.

‘Desenvolver a imagem corporal’, segundo Tavares, é expressão bastante utilizada atualmente, mas diversas são suas acepções:

(...) aumentar a percepção de partes do corpo; reconhecer e valorizar as sensações corporais; gostar mais do corpo; ter mais satisfação com o corpo, reconhecer o corpo como ele é realmente; ou descobrir as possibilidades do corpo ampliando as possibilidades de ação. (Tavares, 2003, p. 79)

As questões que a autora considera essenciais, contudo, são duas: 1. Como caracterizamos um processo de desenvolvimento da imagem corporal

¹⁰ Barueri: Editora Manole, 2003.

¹¹ Os três últimos tópicos do quarto capítulo da obra em questão – *Identidade e Imagem Corporal*, *Obstáculos no Desenvolvimento da Imagem Corporal* e *O Narcisismo e a Imagem Corporal* – não foram tratados por escaparem ao escopo da teorização que aqui se apresenta.

adequado?; 2. O que buscamos alcançar, quando pretendemos facilitar o desenvolvimento da imagem corporal?

Para Tavares, imagem corporal é a representação mental do corpo, e quando se fala em desenvolvê-la, dois processos se implicam: a produção de imagens e a estruturação da identidade do corpo:

O corpo é um objeto que se constrói como identidade para nós mesmos. Nascemos com um corpo, mas precisamos experienciá-lo para que ele possa se manifestar e existir para nós como uma unidade. (Tavares, 2003, p. 80-81)

É evidente a aproximação de Tavares do ponto de vista de Paul Schilder, e nem poderia ser diferente, dada a referência que é tal autor nos estudos da área.¹² Tal filiação teórica evidencia-se com a afirmação de que o corpo encontra-se no mundo contextualizado especial e temporalmente em relação a aspectos fisiológicos, afetivos e culturais, o que nos remete aos três aspectos schilderianos: fisiológico, libidinal e cultural. Então:

Formar imagens mentais depende da capacidade do sistema nervoso de processar e integrar múltiplas percepções. Toda sensação é individual, singular, pertinente a um sujeito determinado. O sujeito constrói sua identidade corporal baseado na vivência de suas sensações. (Tavares, 2003, p. 81)

Para a autora, mesmo antes do nascimento da criança, existe já um esboço de uma imagem, construída por pais e familiares, influenciados fortemente pela

¹² A perspectiva teórica de Paul Schilder foi apresentada no primeiro capítulo desta dissertação.

cultura. Tal imagem, contudo, não corresponde à identidade corporal do sujeito, pois “nossa identidade corporal se desenvolve baseado na vivência de sensações que emergem em nosso corpo real no contexto de um corpo imaginário”. (Tavares, 2003, p. 81)

O singular, nesse desenvolvimento da Imagem Corporal, tem extrema importância para Tavares, para além do aparato biológico com que nasce qualquer criança:

A singularidade do ser humano se relaciona tanto à sua estrutura orgânica ímpar como ao espaço único que lhe é dado ocupar no mundo de relações. A imagem que nos é dada pela cultura reflete uma realidade construída a partir de uma história coletiva; a nossa imagem corporal inclui um aspecto novo que é a realidade viva de nosso corpo (...). (Tavares, 2003, p. 83)

A conexão do indivíduo com o próprio corpo é de extrema importância para que o corpo se lhe apresente como uma imagem, ou seja, é necessário que seja o corpo “(...) um objeto concreto, significativo, que nos cause impacto e se distinga entre tantos outros objetos que se apresentam ao indivíduo produzindo imagens”. (Tavares, 2003, p. 83) Tal especificidade do corpo seria algo construído a partir da relação mãe-bebê, a mãe como representante da cultura. É fato, todavia, visto que a Imagem Corporal é considerada dinâmica, que o processo de desenvolvimento ocorreria durante toda a vida, mas a estruturação da identidade corporal seria facilitada nos primeiros anos de vida.

A autora advoga que a fantasia é a base do pensamento, apesar de muito diferente deste. Através dela é que o bebê buscaria a satisfação de seus desejos, mas a realidade nunca corresponderá de forma absoluta às fantasias do bebê. A frustração, então, é intrínseca ao processo de desenvolvimento da Imagem Corporal, visto que é preciso que os impulsos – expressão genuína do “eu-corporal” – manifestados em fantasias sejam contidos. Tal capacidade da mãe em reconhecer e dar continência às pulsões do bebê seria essencial, pois evitaria que a criança tivesse excesso de experiências negativas com seu corpo – fome, sede, falta de higiene – e ampliaria as vivências corporais prazerosas – contatos afetuosos, banhos confortáveis. Assim:

(...) a empatia corporal do primeiro objeto de amor, a mãe, é fundamental para o desenvolvimento da identidade corporal do bebê. Essa empatia corporal significa reconhecer e se envolver com as necessidades do bebê, buscando satisfazer da forma mais completa possível suas necessidades pulsionais. (Tavares, 2003, p. 95)

Por fim, Tavares propõe que desejo e flexibilidade seriam características básicas de uma mãe facilitadora do desenvolvimento da Imagem Corporal de seu filho.

Primeiramente, a mãe precisaria enxergar no bebê o “complemento de sua falta”¹³. Ela precisaria de sua criança e a idealizaria. A mãe a desejaria, com um desejo repleto de valores e crenças culturais, e possibilitaria que o bebê existisse dentro da cultura. Nas palavras da autora:

¹³ Segundo Tavares, esta expressão foi utilizada por Aucouturier e Lapierre (1984).

A mãe deseja o bebê, precisa dele e o idealiza naquilo que para ela é ideal. Seu desejo, impregnado de valores e crenças culturais, abre um espaço para o bebê existir inserido na cultura. (Tavares, 2003, p. 96)

A flexibilidade por parte da mãe também seria essencial, visto que o bebê não corresponderá ao seu ideal de forma absoluta:

Essa flexibilidade é própria da mãe que desenvolveu uma imagem de si fundada em percepções genuínas do próprio corpo. Essa mãe certamente teve de lidar com suas perdas ao deparar com as limitações de seu corpo, pois este nunca apresenta correspondência absoluta com o corpo idealizado pela cultura. A mãe que já elaborou suas perdas baseada no contato real com seu corpo no contexto da cultura, já conhece o caminho da diferenciação e da construção da identidade corporal. (Tavares, 2003, p. 96)

Neste capítulo, vimos os recortes, essenciais para a reflexão posterior desta dissertação, das teorizações empreendidas por Aucouturier e Lapierre, sobre linguagem e corpo, e Tavares, sobre o papel da mãe, no desenvolvimento da imagem corporal em crianças. A seguir, os principais tópicos deste capítulo serão retomados e discutidos criticamente, à luz de uma leitura lingüística, atravessada pela psicanálise lacaniana.

CAPÍTULO III

LINGUAGEM: A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM CORPORAL

O terceiro capítulo desta dissertação tem como objetivo comparar e discutir as questões indicadas anteriormente – o conceito de corpo para os estudos em Imagem Corporal em Aucouturier e Lapierre (1984); e o papel da mãe para a constituição da Imagem Corporal da criança em Tavares (2003) – por meio de reflexões acerca do “corpo” e da “linguagem” pelo viés da ciência Lingüística, atravessada pela psicanálise lacaniana.

A escolha dos textos da obra *Corpolinguagem – gestos e afetos*¹⁴ utilizados neste capítulo tem uma motivação significativa. O tema Imagem Corporal, por vezes, adquire um caráter clínico incontestável. Meu lugar teórico, entretanto, é lingüístico. A referida obra consiste em uma coletânea de textos com perspectivas e abordagens diversas, mas que visam a discutir as complexas relações entre “corpo” e “linguagem”, levando a discussões sobre a inclusão do corpo nos estudos lingüísticos. Este é justamente o meu ponto de interesse, aquele mesmo que me levou a estudar “Imagem Corporal”, um tema que, dependendo da perspectiva teórica adotada, não seria lingüístico. Este trabalho, obviamente, aponta para outra direção.

¹⁴ Campinas: Mercado de Letras, 2003.

Nesse sentido, lingüistas como Benveniste, Jakobson, De Lemos, Saussure e Pereira de Castro fornecerão subsídios teóricos essenciais para a discussão a seguir, além de Lacan, psicanalista que proporciona reflexões outras, primordiais à teorização aqui proposta.

Além disso, a obra *A Clínica Psicomotora: o corpo na linguagem*¹⁵, de Esteban Levin, também será citada diversas vezes porque é um autor atual que reflete, de forma inovadora, sobre os problemas no desenvolvimento psicomotor da criança, privilegiando o sujeito e diferenciando-se de trabalhos que consideram o corpo apenas como uma “ferramenta” ou somente em seu aparato emocional, o que o faz aproximar-se dos postulados psicanalíticos lacanianos que norteiam este trabalho e marcam de forma objetiva os pontos de diferença entre os autores escolhidos (Aucouturier/Lapierre e Tavares) e a proposta desta dissertação.

¹⁵ Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

1. Corpolinguagem

O texto *Algumas reflexões sobre a inscrição da letra*¹⁶, de Ana Costa, nos convoca a refletir sobre o porquê da junção dos termos corpo e linguagem, união esta que justifica o título desta dissertação – *Imagem Corporal: Corpolinguagem* – e aparece como pano de fundo de toda a reflexão aqui apresentada.

O trabalho da autora tem como objetivo refletir sobre como a Psicanálise pode contribuir para uma abordagem do tema da escrita, a partir da função peculiar que ocupa o escrever na psicose.

Costa acredita que, na Lingüística, assim como para os analistas, há dificuldades em situar certas questões naquilo que a autora chama de “forma pura”, ou seja, que enunciados sejam feitos em apenas um campo, excluindo-se quaisquer outros. É o caso da inter-relação, que insiste em aparecer como dicotomia, entre corpo e linguagem, como se entre eles houvesse polaridade. Entretanto:

(...) na Psicanálise, ou em nosso cotidiano de escuta, essa inter-relação se precipita nos seus elementos comuns. Ou seja, nesse cruzamento – onde se situam aquilo que corriqueiramente aparece como símbolos de trocas verbais e aquilo que aparentemente seria exclusivamente corporal –, esses elementos se mostram na fala ou no sintoma como precipitados relacionais. Precipitados que põem em causa uma determinada heterogeneidade impossível de transpor, mas, ao mesmo tempo, impossível de separar. (Costa, 2003, p. 116)

¹⁶ In: *Corpolinguagem – gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

Nessa dicotomia, tal como surge, tanto se diz que corpo é linguagem quanto que linguagem é corpo. Contudo, a proposta da autora é outra – corpolinguagem:

Proponho essa junção por se tratar de um campo relacional que não se expressa somente na condição isolada de um indivíduo, mas no momento em que algo da sua captura lhe retorna do outro – do semelhante – ou do lugar para onde se dirige sua fala ou mesmo para onde se dirigem seus atos. (Costa, 2003, p. 116)

Costa traz alguns exemplos para sustentar tal junção. Entre eles, encontra-se o seguinte: um analisante pergunta-se por que um lapso que ele fez não era um chiste:

(...) ele estava em uma estação de metrô e viu uma mulher carregando uma mala pesada. Prontamente, ofereceu-se para ajudá-la, dizendo-lhe: “Deixe-me ajudá-la, pois você parece embarçada”. Mas quando ele foi dizer *embaracée*, que é “embarçada” em francês, ele disse *embracée*, que significa “beijada”. Então, há uma letra a menos, há uma diferença de letra que acontece aí. Ele se pergunta (...) por que esse lapso – que ele reconhece como lapso – não era um chiste. E a conclusão (...) é de que essa letra que faltou (...) se precipitou no corpo. Ou seja, no momento em que ele encontrou o olhar da mulher como censura, ele ruborizou. Então, essa letra que faltou colou no corpo, precipitou-se no corpo. Bem diferente do que seria um chiste, no qual essa letra produziria um gozo compartilhado no riso, autorizado pelo interlocutor (...) Então, ali onde o jogo da língua poderia ser autorizado, no chiste, como uma saída lúdica, uma saída de jogo com a língua, o que aparece é o rubor, ou seja, essa diferença de letra se precipita no corpo. Justamente porque sua fala não foi autorizada pelo interlocutor. (Costa, 2003, p. 116-117)

Outro exemplo da autora:

São curiosos esse objetos que Lacan propõe como sendo pulsionais: a voz, o olhar, o cocô e o seio. É possível perceber que esses objetos que contêm algo que não é nem do corpo próprio somente, nem do corpo do outro somente, mas que, de alguma maneira, pertence aos dois. O seio, por exemplo, é da mãe, mas a criança o toma como seu. A voz é o grito da criança, mas também é voz que produz o apelo da mãe, para que a criança se represente como outro. Então, esses objetos se comportam, são suportes de uma interioridade exterior, ou se uma exterioridade interior, que é a mesma coisa que dizer *corporeidade*. (Costa, 2003, p. 119)

Podemos entender, a partir da teorização empreendida por Costa, que é necessário suspender a dicotomia corpo e linguagem, atitude possível por meio do diálogo entre a Psicanálise e a Linguística: o corpo de que se trata é um corpo pulsional, cuja captura pelo olhar do Outro o constitui simbolicamente, na e pela linguagem. É, portanto, *corporeidade*, assim como ilustram os dois exemplos citados: há captura do corpo do indivíduo pelo funcionamento da linguagem.

2. Um breve retorno aos autores

Para Aucouturier e Lapierre (1984), corpo e discurso estão em universos separados, e é a espontaneidade primitiva desse corpo realmente o foco de seus trabalhos. Mais do que isso, afirmam que o recém-nascido é um corpo que só sobrevive graças ao corpo do outro, o qual, por sua vez, precisa ser largo e extenso o suficiente para envolver toda a superfície do corpo do bebê. As condições que favoreceriam a fusão entre o corpo do bebê e desse outro seriam o calor, o contato com a pele, o hálito, o ato de embalar, o aleitamento, o olhar, a

voz e o acordo das tensões tônicas. Tudo isso colaboraria para a unificação do corpo do bebê no estágio do espelho, e os autores, aqui, contestam Lacan advogando que o psicanalista refere-se a algo visual, o que impediria, por exemplo, que um cego unificasse sua imagem corporal.

Aucouturier e Lapierre afirmam, ainda, que as experiências motoras da criança são também essenciais, especialmente as situações de equilíbrio e desequilíbrio, que interessam ao corpo todo. Cabe notar que falam da necessidade de o outro suprir a falta da criança, que a mãe deve preencher, no plano corporal, a falta da criança, mas esta falta originalmente é não apenas falta no corpo da criança, mas falta do corpo do outro, cujas produções seriam essenciais. Dizem, ainda, que as perturbações da personalidade seriam perturbações entre as relações que o corpo do indivíduo mantém com o que lhe é exterior.

Prosseguindo o raciocínio dos autores, eles comentam sobre comunicação e linguagem. Dizem que o estabelecimento de relações significantes com o corpo depende do prazer e do desejo de comunicar, e afirmam que, até os dois anos de idade, a criança não tem acesso à linguagem e ao pensamento verbal, daí a importância da linguagem corporal, psicomotora e tônica, a única capaz de atingir as camadas profundas da personalidade e a qual os adultos teriam dificuldade de imaginar, porque são seres de linguagem e de lógica.

Tavares, por sua vez, sustenta que a experiência é necessária para que o corpo com o qual nascemos transforme-se em uma unidade para nós; é

necessária certa vivência de experiências corporais para que o sujeito construa sua identidade corporal. A imagem formada pelos pais estaria fortemente influenciada pela cultura, mas tal imagem não corresponderia à nossa imagem por não ser necessariamente vivenciada. A cultura, então, extremamente importante para a constituição de nossa imagem corporal, estaria relacionada, necessariamente, à experiência e ao aparato biológico com o qual nascemos. A conexão entre o indivíduo e seu corpo é essencial para a formação da imagem corporal, e o corpo, para isso, deve ser algo especial, e tal especificidade seria construída a partir da relação mãe-bebê, e a mãe representaria a cultura.

É notável o trabalho da autora com o conceito de fantasia, o que nos faz supor uma forte influência da psicanalista Melanie Klein nas construções teóricas de Tavares. A especificidade do termo, contudo, demandaria um estudo aprofundado, que não é de interesse para este trabalho no momento atual. O recorte necessário, aqui, é o de que através da fantasia o bebê buscaria a satisfação de seus desejos, mas a realidade nunca lhe corresponderá de forma absoluta. A frustração seria inevitável e os impulsos manifestados em fantasias precisariam ser contidos. O papel da mãe, então, seria também o de reconhecê-los e dar-lhes continência, evitando que a criança tenha excesso de experiências negativas com seu corpo (fome, sede, falta de higiene) e ampliando as vivências corporais prazerosas (contatos afetuosos, banhos confortáveis). Assim, a empatia corporal com a mãe seria fundamental para o desenvolvimento da identidade corporal do bebê.

3. Linguagem e Comunicação

Vários são os pontos de discordância com os três autores sobre os quais refletiremos. Um deles diz respeito ao conceito de linguagem como comunicação, que deve ser desnaturalizado e temos dois caminhos para isso: o da Lingüística tradicional e o da psicanálise lacaniana, que certamente não desconsideraria pressupostos lingüísticos.

É senso comum, quando nos indagamos sobre a linguagem, que ela seja “objeto para comunicação”. Fala-se, inclusive, sobre a “linguagem dos animais”. Na ciência Lingüística, postula-se que a comunicação é apenas um aspecto do complexo fenômeno da linguagem. Jakobson¹⁷, advoga que “a linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções” (Jakobson, p. 122). O autor aponta seis fatores constitutivos do processo lingüístico – remetente, mensagem, destinatário, contexto, contato e código –, e cada fator determina uma função da linguagem: emotiva - quando centrada no remetente -; conativa - quando centrada no destinatário -; referencial - quando centrada no contexto -; fática - quando centrada no contato -; metalingüística - quando centrada no código -; e, finalmente, poética - quando centrada na mensagem. Não é importante, para esta reflexão, determo-nos sobre cada umas das funções enumeradas pelo autor, mas deve-se perceber que, segundo Jakobson, os atos de comunicação verbal seriam constituídos por todos aqueles fatores, sendo complicado reconhecer apenas um

¹⁷ Lingüística e Comunicação, São Paulo: Cultrix.

deles dentro do fenômeno da linguagem, o que se costuma fazer quando se afirma que a linguagem “serve para comunicação”.

Conferindo importância a uma reflexão acerca da linguagem para além de uma função meramente comunicativa, o trabalho de Émile Benveniste *Comunicação animal e linguagem humana* (1976) é esclarecedor. Neste texto, o autor comenta a pesquisa de Karl von Frisch, através da qual os hábitos de uma comunidade de abelhas foram estudados por um determinado período de tempo e se descobriu que existia a transmissão de informações relacionadas às fontes de alimentos desses insetos, através de um tipo de dança. Ou seja, uma abelha encontrava determinada fonte de alimento e comunicava às outras sua localização.

A discussão de Benveniste sobre esse caso era se, assim como a espécie humana, as abelhas também possuíam linguagem. Os argumentos do autor demonstram que a linguagem humana está para além da comunicação, fenômeno este que ocorria, sim, entre as abelhas dos estudos de Karl von Frisch.

Benveniste procura mostrar que o que ocorre entre as abelhas e entre a espécie humana não pode ser visto como um mesmo fenômeno. Uma abelha transmite uma mensagem – a localização da fonte de alimento – e uma outra abelha recebe essa mensagem – chegando, invariavelmente, à fonte de alimento. “As diferenças são, porém, consideráveis e ajudam a tomar consciência do que caracteriza realmente a linguagem humana” (Benveniste, 1976, p. 65): a mensagem das abelhas não sofre a intervenção de um aparelho vocal; a

comunicação das abelhas é limitada pela necessidade da presença de luz; a mensagem das abelhas não convoca uma resposta, mas somente uma determinada conduta; a comunicação é restrita a um dado objetivo (a localização do alimento); uma abelha não pode reproduzir a mensagem por ela recebida à outra abelha, ou seja, “a abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem” (Benveniste, 1976, p. 65); e, por fim, não se pode decompor o conteúdo essencialmente global da mensagem das abelhas em unidades menores, quais sejam, os morfemas e os fonemas, os quais, na linguagem humana, combinam-se infinitamente, possibilitando ao homem falar sobre tudo e em quaisquer circunstâncias. Enfim, este trabalho mostra a complexidade do fenômeno da linguagem, a qual não pode ser restrita à mera comunicação.

Outro trabalho bastante interessante de Benveniste discute sobre a fundamental importância da linguagem para os seres humanos. Trata-se do *Da subjetividade na linguagem* (1976), no qual o autor confere à linguagem um caráter constitutivo do sujeito. Segundo o autor, em nenhum momento pode-se conceber o homem separado da linguagem e a própria definição de homem é inerente a ela:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’. (Benveniste, 1976, p. 286).

Pesquisas mais recentes na área de Aquisição da Linguagem também cedem à linguagem um lugar essencial entre os fatos humanos. Em um de seus trabalhos – *Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação* (2002) – Cláudia de Lemos apresenta todo seu percurso teórico sobre os estudos da fala da criança, sempre levando em consideração o sujeito que está em questão nas análises. Nesta perspectiva, é a linguagem, também, que constitui o humano, significando-o e fazendo-o significar-se, conclusão que ultrapassa análises lingüísticas puramente descritivas e pseudoconceitos que nos levam a conferir à linguagem meramente uma “função de comunicação”.

É na área da psicanálise, através dos postulados lacanianos, que compreendemos ainda melhor a noção de linguagem como um fenômeno complexo. No texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, Lacan desenvolve sua abordagem do inconsciente, pautada pela leitura que realiza do signo saussureano. Antes de determo-nos nesta questão, é pertinente refletirmos sobre a própria elaboração teórica de Saussure para, então, entendermos a subversão empreendida por Lacan.

3.1 O signo lingüístico saussureano e a subversão lacaniana

Pode-se dizer que o signo lingüístico saussureano é um conceito primitivo, ou seja, não se realiza uma teoria sobre ele, mas parte-se de sua existência para a teorização.

Saussure discorda da idéia de que a língua seja uma mera nomenclatura correspondente às coisas do mundo, como se as palavras fossem apenas rótulos de classificação. Tal concepção supõe idéias preexistentes às palavras e uma operação demasiadamente simples para unir um nome a uma coisa. O autor admite, entretanto, que tal “visão simplista pode aproximar-nos da verdade, mostrando-nos que a unidade lingüística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos.” (Saussure, 2001, p. 79)

Todavia, para Saussure:

(...) o signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a expressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos. (Saussure, 2001, p. 80)

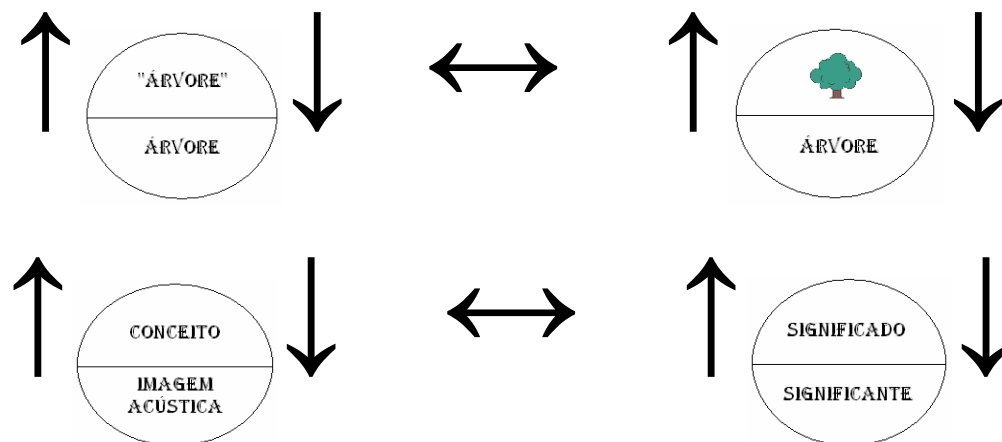
O signo saussureano é uma entidade psíquica de duas faces, quais sejam, o conceito e a imagem acústica, “intimamente unidos e um reclama o outro.” (Saussure, 2001, p. 80) Saussure, porém, admite haver certa ambigüidade no uso corrente do termo signo, pois o mesmo acaba remetendo apenas à imagem acústica:

Chamamos *signo* a combinação do conceito e da imagem acústica: mas, no uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica apenas, por exemplo uma palavra (*arbor* etc.). Esquece-se que se chamamos a *arbor* signo, é somente porque exprime o conceito “árvore”, de tal maneira que a idéia da parte sensorial implica a do total. (Saussure, 2001, p. 81)

Para sanar tal problema, a autor propõe a conservação do termo signo para designar o total, mas a substituição de conceito por significado e de imagem acústica por significante:

A ambigüidade desapareceria se designássemos as três noções aqui presentes por nomes que se relacionem entre si, ao mesmo tempo que se opõem. Propomo-nos a conservar o termo *signo* para designar o total, e substituir *conceito* e *imagem acústica* respectivamente por *significado* e *significante*; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer o total de que fazem parte. (Saussure, 2001, p 81)

Veamos a seguir os esquemas ilustrativos do signo lingüístico saussureano:



O signo lingüístico comporta dois princípios: arbitrariedade e linearidade. Sobre o segundo, Saussure afirma:

O significante (...) desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha. (Saussure, 2001, p. 84)

Ou seja, o falante escuta sons – ou enxerga gestos, se pensarmos nas línguas de sinais –, uns após outros, formando uma cadeia contínua. Algo, entretanto, é capturado pela audição – ou pela visão – e delineia cada signo lingüístico.

Já sobre o primeiro, Saussure esclarece:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo lingüístico é arbitrário. (Saussure, 2001, p. 81)

Ou seja, nada há no significado de um signo que o relacione obrigatoriamente ao seu significante. O termo arbitrário, contudo, segundo o próprio Saussure, requer uma observação:

Não deve dar a idéia de que o significado dependa d livre escolha do que fala (...); queremos dizer que a significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (Saussure, 2001, p. 83)

Essa falta de um laço natural não quer dizer, portanto, que tal laço não seja da ordem do necessário.

Por fim, um outro aspecto essencial da obra de Saussure diz respeito à teoria do valor. Saussure argumenta que “não existem idéias preestabelecidas, e

nada é distinto antes do aparecimento da língua.” (Saussure, 2001, p. 130) O autor advoga que o arbitrário do signo é também essencial para a força da teoria do valor, visto que, se a escolha entre conceito e imagem acústica não fosse perfeitamente arbitrária, um elemento de fora do sistema lingüístico teria grande influência em sua constituição, o que faria o sistema perder algo de seu caráter primordial, a independência. Mais ainda:

(...) a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema lingüístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja¹⁸. (Saussure, 2001, p. 132)

A idéia de valor nos impede de atestar que um termo da língua é somente a união de um som com uma idéia, pois assim o estaríamos isolando do sistema lingüístico do qual faz parte. Além disso, Saussure admite que é possível que se confunda o valor com a significação de um termo, dada a delicada distinção que se assinala entre eles. Nas palavras do autor:

O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência. (Saussure, 2001, p. 133)

¹⁸ Vide diferença entre língua, linguagem e fala, discutida nos próximos parágrafos desta dissertação.

Prosseguindo o raciocínio do autor, atestamos que, para diferenciar a significação do valor, podemos pensar nos esquemas representativos do signo lingüístico e observar que a significação nada mais é do que a contraparte da imagem acústica, do significado do signo lingüístico. E Saussure continua:

Visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros, segundo o esquema:



como acontece que o valor, assim definido, se confunda com a significação, vale dizer, com a contraparte da imagem auditiva? Parece impossível assimilar as relações aqui representadas pela flechas horizontais com aquelas representadas mais acima por flechas verticais. (Saussure, 2001, p. 133)

Para ilustrar a diferença entre significação e valor, Saussure compara línguas diferentes, atestando a possibilidade de a significação ser equivalente, mas não o valor, ou seja, há valores diferentes entre línguas, distinções que existem em uma e não em outra. É o que o autor nos apresenta da seguinte forma:

O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa. (...) Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia. (...) Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente

diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. **Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.** [grifo meu] (Saussure, 2001, p. 134-136)

Pode-se entender, então, o que Saussure quer dizer ao afirmar que na língua só existem diferenças:

Quer se considere significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema. (...) A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação. (Saussure, 2001, p. 139)

Saussure utiliza metáforas e associa elementos – folha de papel, onda, jogo de xadrez – a outro elemento – a língua –, para ilustrar as propriedades do signo lingüístico.

A metáfora da folha de papel trata da questão da simultaneidade entre significante e significado, simultaneidade esta que pode ser compreendida pelo caráter bifacial do signo lingüístico, constituído, concomitantemente, por significante e significado. Daí, então, a comparação com a folha de papel, da qual não se corta uma face sem cortar-lhe a outra: o signo, sendo uma unidade bifacial, também não pode ser recortado na (inútil) busca da separação entre conceito e imagem acústica.

A metáfora da onda trata do aspecto da simultaneidade e da contingência do signo lingüístico. A onda se forma através de um encontro entre o vento e a

água, provocando uma mudança que é, especificamente, a onda. Ela não é nem água, nem vento, mas sim onda. A língua, aqui, é comparável à especificidade da onda. A língua é a intermediária entre pensamento e som, não sendo nem um nem outro, mas sendo língua. O signo lingüístico, dessa forma, não é nem o conceito e nem a imagem acústica, mas a junção constitutiva e essencial destes dois. Ela não é nem significante e nem significado por si mesmos, mas é uma unidade bifacial.

Na verdade, esse “pensamento” e esse “som” de que fala Saussure não preexistem ao encontro mesmo entre eles. Não há, portanto, idéias anteriores à língua: somente com o simbólico é que se inserem os discerníveis (e inseparáveis) significante e significado. E, assim como a formação da onda, nada há de mais contingente, imotivado, do que isso. O signo surge somente do encontro entre significante e significado, mas o porquê desse recorte do significante estar relacionado àquele campo do pensamento, isso não tem explicação e é totalmente arbitrário. Quer dizer, aí se presentifica a ordem própria da língua: nada externo à língua justifica esse encontro.

A metáfora do jogo de xadrez abarca diferentes aspectos da teoria do valor. Compara uma posição do jogo – na qual o valor das peças depende de sua posição no tabuleiro – com um estado de língua – em que o valor de cada termo só existe pela sua oposição a outros termos. Compara a submissão à regra do jogo de xadrez para a mudança de posição das peças com a submissão ao próprio sistema lingüístico para a variação de cada sistema de língua. Cada lance

mexe uma peça, mas repercute em todo o jogo de xadrez, assim como no jogo da língua: cada mudança de termo está na dependência de todos os outros termos do sistema lingüístico. Quer dizer, os termos da língua não possuem nenhuma identidade por si mesmos, mas estão, sim, subordinados às diferenças dentro do sistema e na dependência dele para se realizarem plenamente.

O interessante é a admissão da falha na comparação: enquanto o jogador tem uma intenção em cada jogada, o falante não possui esse total poder de premeditação ao lidar com o sistema lingüístico. Existe algo da ordem do impossível, que vai, sempre, resistir à comparação, à metaforização. Uma metáfora sempre dá outra dimensão a uma realidade, exigindo-nos todas as possíveis transferências, e por isso mesmo não é dispensável em se tratando de metaforizar a linguagem ou a língua, mas é fato constitutivo e essencial, também, esse impossível de apreensão: a ordem própria da língua.

Lacan, entretanto, subverte o signo saussureano: retira-lhe a elipse, a qual garantia a unidade do signo, e inverte os termos, de forma a desconstruir o paralelismo empreendido por Saussure. Assim, o Significante (S) ocupa a parte superior na notação do signo lingüístico, e o significado (s) passa a ocupar a parte inferior, de modo a demarcar a diferença entre os termos – a primazia do Significante. A barra entre Significante e significado fica mais espessa, deixando de indicar relação para denotar a separação das duas ordens.

É no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, que encontramos a subversão do signo saussureano empreendida por Lacan.

Segundo o autor:

Designamos por letra este suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem. Essa definição simples supõe que a linguagem não se confunda com as diversas funções somáticas e psíquicas que a desservem no sujeito falante. (Lacan, 1998, p. 498)

Lacan lembra que a Lingüística conferiu à linguagem seu status de objeto científico, e:

(...) como acontece com toda ciência no sentido moderno, no momento constitutivo de um algoritmo que a funda. Esse algoritmo é o seguinte:

$\frac{S}{s}$ que se lê: significante sobre significado, correspondendo o “sobre” à barra que separa as duas etapas.” (Lacan, 1998, p. 500)

Segundo Lacan, a temática da ciência Lingüística está:

(...) presa à posição primordial do significante e do significado, como ordens distintas e inicialmente separadas por uma barreira resistente à significação. Eis o que tornará possível um estudo exato das ligações próprias do significante e da amplitude da função destas na gênese do significado. (Lacan, 1998, p. 500)

O autor sustenta que nenhuma significação ocorre senão pela remissão a uma outra significação. É necessário, portanto, livrar-se da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado:

O fato é que o algoritmo $\frac{S}{s}$, se dele só pudéssemos retirar a noção do paralelismo de seus termos superior e inferior, cada qual considerado apenas em sua globalidade, permaneceria como o signo enigmático de um mistério total. Evidentemente, não é o caso. (Lacan, 1998, p. 502)

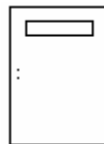
Lacan, então, reproduz a ilustração, segundo ele incorreta, com a qual se costuma ilustrar o algoritmo:

ÁRVORE

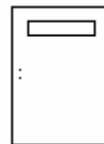


O autor, então, a substitui por outra, símbolo da divisão de ambientes entre o masculino e o feminino em vias públicas:

HOMENS



MULHERES



Para Lacan:

Isso não é apenas para desconcertar com um golpe baixo o debate nominalista, mas para mostrar como o significante de fato entra no significado, ou seja, de uma forma que, embora não seja imaterial, coloca a questão de seu lugar na realidade. (Lacan, 1998, p. 503)

O que está em jogo na ilustração lacaniana não são os significantes com seus respectivos significados, mas justamente a oposição entre os significantes. A história trazida pelo autor ilustra que não está na ordem do significado a significação desses dois significantes. Observe-se o seguinte exemplo do autor:

Um trem chega à estação. Numa cabine, um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça dando para o exterior descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: “Olha!, diz o irmão, chegamos a Mulheres!”; “Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?” (Lacan, 1998, p. 503)

Sobre tal exemplo, Lacan constrói a seguinte análise:

(...) seria preciso (...) não ter olhos na cara para se atrapalhar quanto ao respectivo lugar do significante e do significado, e para não observar de qual centro irradiante o primeiro vem refletir sua luz nas trevas das significações inacabadas. (Lacan, 1998, p. 503)

A natureza do significante, dessa forma, antecipa-se ao significado:

É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo: Eu nunca... A verdade é que... Talvez, também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais opressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar. (Lacan, 1998, p. 505)

Segundo Miller, Lacan:

(...) retificou o paralelismo que Saussure postulava entre o significante e o significado, insistiu sobre o fato de que o primeiro, o significante, atua sobre o segundo, o significado, ao contrário da posição que sustenta que o significante serve somente para exprimir o significado. A tese de Lacan é que o significante atua sobre o significado, e é a partir do sem-sentido do significante que se engendra a significação. (Miller, 2002, p. 21)

E, nas palavras de Lacan:

(...) o significante, com seu jogo e sua insistência próprios, intervém em todos os interesses do ser humano – por mais profundos, primitivos e elementares que nós os suponhamos. (...) [há] autonomia do significante (...) há leis que lhe são próprias. Elas são sem dúvida extremamente difíceis de isolar, pois que esse significante, nós o colocamos sempre em jogo em algumas significações. O que significa dizer o interesse da consideração lingüística do problema. É impossível estudar como funciona esse fenômeno que se chama a linguagem, e que é o mais fundamental das relações inter-humanas, se não se faz, de início, a distinção do significante e do significado. O significante tem suas leis próprias, independentemente do significado. (Lacan, 2002, p. 225)

Esta teorização empreendida pelo autor esclarece que a materialidade do significante é anterior aos sentidos. Os efeitos de significado, aliás, são criados pelas permutações, os jogos do significante: “O sentido surge, fundamentalmente, da substituição de um significante por outro (...) Basta uma palavra no lugar de outra para que tenhamos sentido”. (Miller, 2002, p. 31-33)

Segundo Lacan, o sujeito do inconsciente é efeito da linguagem, tomada como o fundamento da ordem simbólica. Em sua obra, o autor traz a sua construção, por assim dizer, mais famosa, a de que o inconsciente tem a estrutura da linguagem ou, em suas palavras, “o inconsciente é estruturado como uma

linguagem"¹⁹, afirmando, assim, que a linguagem é a condição para a existência do inconsciente, o qual seria, nas palavras do próprio Lacan:

(...) a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente. (...) O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. (Lacan, 1998, p. 260)

A idéia lacaniana, contudo, a partir da subversão do signo saussureano, é a de que existe uma primazia do significante, que é o fundamento da linguagem, e por isso é possível dizer que o indivíduo é construído na e pela linguagem, estando sujeito, portanto, a uma ordem simbólica que o constitui. Dessa forma, o sujeito é consequência do significante, e está regido pelas leis do simbólico.

4. Linguagem constitutiva do sujeito

Nesse sentido, fica impossível, então, separar corpo e linguagem, porque “a linguagem transforma o indivíduo humano até em seu corpo, no mais profundo de si mesmo, transforma suas necessidades, transforma seus afetos” (Miller, 2002, p. 34) Insistir em se falar de um corpo apartado desse universo simbólico é, então, impossível. Dessa forma, não há como concordar com a idéia de que os adultos, diferentemente das crianças, são seres de linguagem, como afirmaram

¹⁹ Curiosamente, essa fórmula, que se tornou representativa da posição de Lacan sobre o inconsciente, é enunciada muito tarde em seu ensino, e não se encontra registro de sua primeira ocorrência. (Porge, 2006, p. 105)

Aucouturier e Lapierre. Ora, todo ser humano é um ser de linguagem, a qual já está dada e em funcionamento antes do nascimento da criança: “a criança está, desde o início, em um banho de linguagem” (Miller, 2002, p . 20). O sujeito falante é dependente da ordem simbólica, que pré-existe à sua constituição. Basta lembrar, por exemplo, que o imaginário dos pais acerca de seu filho já funciona antes mesmo de o conhecerem, quando hipotetizam um filho médico, uma filha professora, etc.

Para Levin, já há um corpo “feito” antes da existência concreta da criança, pois há desejos, palavras, um nome, ou seja, “um corpo sem corpo, um primeiro corpo simbólico (corpo de representações, de desejos parentais, de palavras, de linguagem)” (Levin, 1991, p. 51). Então, se tomamos a linguagem como constituinte inarredável do universo humano, o corpo é afetado e nada desse corpo, se humano, existe, se fora do universo do simbólico.

Portanto, segundo o autor, é necessário abrir mão da hipótese de que existam duas linguagens: uma do corpo e outra verbal. Antes de refletirmos sobre essa questão, contudo, cabe retomarmos a distinção saussureana entre língua, linguagem e fala, feita no *Curso de Lingüística Geral*²⁰.

²⁰ Cultrix, 2001.

4.1 Linguagem, língua, fala

Quando Saussure se pergunta: “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Lingüística?” (Saussure, 2001. p. 15), o autor já aponta a dificuldade em definir tal objeto, pois “o fenômeno lingüístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (Saussure, 2001, p. 15), e mais: “(...) se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Lingüística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si.” (Saussure, 2001. p. 15).

Nesse raciocínio, segundo Saussure, outras ciências, tais como Psicologia, Antropologia ou Filologia, poderiam recortar a linguagem como um objeto próprio a ser estudado. A solução, para o autor, deve ser a seguinte: “(...) é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.” (Saussure, 2001, p. 16) E a língua, aqui, é entendida como “um todo por si e um princípio de classificação” (Saussure, 2001, p. 17), diferentemente da linguagem:

(...) multiforme e heteróclita (...) ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (Saussure, 2001. p. 17)

Conferir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem é possível, segundo Saussure, por meio do argumento segundo o qual:

(...) a faculdade (...) de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem. (Saussure, 2001, p. 18)

E para que seja encontrado, na linguagem, o lugar que corresponde à língua, é necessário analisar o “ato individual que permite reconstituir o circuito da fala” (Saussure, 2001, p. 19), a qual, para Saussure, “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor” (Saussure, 2001. p 21). Para compreender a organização da língua enquanto sistema:

(...) impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social [através do qual] todos [os indivíduos] reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos. (Saussure, 2001. p 21)

Saussure questiona a maneira como se deve representar esse “produto social” para que a língua enquanto tal apareça separada do fenômeno da linguagem. A esta questão, responde:

Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos a liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical, que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não

está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.
(Saussure, 2001, p. 21)

Entre todas as manifestações da linguagem, portanto, Saussure elege a língua como objeto da Lingüística, contrapondo-a à fala que, por ser individual, não poderia se prestar a ser o objeto de uma ciência. Separar língua e fala, segundo Saussure, é importante para se constituir o objeto de uma ciência porque se está separando também o individual e acessório – a fala – do social e essencial – a língua.

Se a fala, para Saussure, é “um ato individual e de inteligência” (Saussure, 2001, p. 22) através do qual o falante combina o código da língua para exprimir seus pensamentos, a língua, por outro lado, “não constitui uma função do falante” (Saussure, 2001, p. 22), o que significa que o indivíduo a utiliza passivamente e sem premeditação.

Portanto, a língua, por ser “um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem”, “um objeto que se pode estudar separadamente”, “de natureza homogênea” e “de natureza concreta” (Saussure, 2001, p. 22-23), apresenta, ao mesmo tempo, todas as características necessárias para o objeto de uma ciência, a Lingüística. À fala, Saussure deixou o individual, ou seja, o que não pode ser apreendido enquanto objeto de ciência.

A língua, dessa maneira, constitui-se de signos cujas definições remetem ao próprio funcionamento interno do sistema, daí a noção de língua como um sistema autônomo.

5. Corpo e Organismo

Retomando a questão de Levin – qual seja, a existência de duas linguagens: uma do corpo e outra verbal –, não é possível concordar com a terminologia “linguagem do corpo” pois significaria que há uma linguagem que pertence ao corpo e outra que não é do corpo, ou seja, seria uma linguagem da palavra. Desse ponto de vista, a linguagem seria diversa, mais do que uma, apenas uma função; seria, segundo a leitura de Jakobson realizada anteriormente, a linguagem como comunicação, e segundo os postulados saussureanos, uma conceituação equivocada do fenômeno da linguagem – complexo, heteróclito e multifacetado.

Já “corpo na linguagem” significaria o corpo enquanto efeito de linguagem, sustentado por ela. Seria a linguagem que imprimiria no corpo o sujeito, e podemos ir além de Levin, afirmando que é também ela que vai possibilitar que o sujeito tenha um corpo, e não o seja. O corpo, portanto, não fala, mas sim o sujeito através de seu corpo.

A teorização de Levin é sintoma da filiação lacaniana do autor, que parte do pressuposto da constituição do sujeito pela linguagem, e esta é uma condição radical: nada há, se fora da linguagem. Lacan, no Seminário 3, é incisivo:

Eu insisto – a ordem simbólica deve ser concebida como alguma coisa de superposto, e sem o que não haveria vida animal possível para esse sujeito estrambólico que é o homem. É em todos os casos assim

que as coisas nos são dadas atualmente, e tudo leva a pensar que sempre foi assim. (...) [...] vocês devem em primeiro lugar ter esse esquema na cabeça, que admite que a ordem simbólica subsiste como tal fora do sujeito, distinta de sua existência, e o determinando. (Lacan, 2002, p. 114-115)

Todavia, a construção teórica de Aucouturier/Lapierre e Tavares mostra, a todo o momento, a possibilidade de um “corpo a corpo” que chamamos, aqui, de **organismo**²¹: o corpo do recém-nascido só sobrevive graças ao corpo do outro; as tensões tônicas precisam se estabilizar para um contato corporal saudável; a mãe deve preencher a falta da criança no plano corporal; as perturbações da personalidade seriam perturbações entre as relações que o corpo do indivíduo mantém com o que lhe é exterior; é necessária a vivência de experiências corporais para que o sujeito construa uma identidade corporal; a conexão entre o indivíduo e seu corpo é essencial para a formação da imagem corporal, a mãe deve evitar que a criança tenha excesso de experiências negativas com seu corpo (fome, sede, falta de higiene) e ampliar as vivências corporais prazerosas (contatos afetuosos, banhos confortáveis).

Tais assertivas, partindo de um outro lugar teórico proposto aqui, não seriam viáveis, visto que se acentua o componenteônico/corporal como essencial, inclusive na relação entre mãe e criança. Nesse sentido, Levin é esclarecedor:

²¹ Este conceito será discutido nos próximos parágrafos.

(...) não é a partir do tônus que o diálogo é gerado, mas justamente o inverso. Pois há diálogo mas enquanto linguagem (...) e assim se gera nesse puro tônus muscular algo da ordem do humano, da articulação discursiva (...) O tocar por tocar não gera nada. Não gera marca. Não faz corte. (Levin, 1991, p. 79-80)

Outros dois textos, estes da ciência Lingüística, que abordam a questão da indissociação do “CorpoLinguagem”, partem da área da Aquisição de Linguagem, sob recortes diferentes.

O texto *Corpo & Corpus*, de Cláudia de Lemos, inicia-se com a autora dizendo que tal trabalho é efeito de seu título e que pode ser lido como resposta à seguinte pergunta: ‘Por que corpo e linguagem?’ (Cf. De Lemos, 2003, p. 21)

Como resposta a esta questão, o texto remete à discussão, muito pertinente à área, sobre *corpora*, os dados de fala colhidos e transcritos para serem interpretados e que são tomados como a “fala da criança”, mas que, na verdade, nada mais são do que “(...) o conjunto de gravações e transcrições quer servem de referência para a expressão ‘fala da criança’, enfim, do que sobrou dessa fala escoada pelos ouvidos da máquina e do investigador”. (De Lemos, 2003, p. 21)

O título também remete ao fato de a autora não considerar o processo da aquisição da linguagem fora desse corpo que a criança habita e delinear a própria aquisição de linguagem “(...) como um processo que se dá em uma estrutura em que se entrelaçam a língua como Outro/rede de significantes, o outro materno e a criança concebida como um *corpo pulsional*.” (De Lemos, 2003, p. 22):

(...) neste momento, a criança não aparece como um *corpus*, mas como um *corpo*, que não posso deixar de escutar corpo em corpus nem de reconhecer algo de um *corpus* em um *corpo*, ao reconhecer na fala da criança a linguagem inscrita ou implantada em seu corpo. (De Lemos, 2003, p. 22)

Pensar o “*corpus*” na sua relação com o “corpo” implica em duas recusas: a de se fazer de um conjunto de dados algo equivalente ao próprio sujeito no seu vir-a-ser falante; e a de se idealizar uma situação “corpo a corpo” como a única que permitisse tocar a criança como a “realidade” de um corpo que fala:

(...) Idealização que é tanto tecnológica, por corresponder à busca da sofisticação dos equipamentos de registro em áudio e vídeo, quanto teórico-metodológica, a que se encontra em uma certa pragmática (...), que, em nome de uma necessidade de totalização, inclui o corpo, como gestos, e a cena. (De Lemos, 2003, p. 22)

De Lemos advoga que o termo *corpus*, em latim:

(...) ainda que apresentado com o sentido original de substância concreta da matéria viva, representada, portanto, pelo ser animado, coloca essa matéria viva tanto como representação da organização que sustenta sua unidade ou o que é concebido como uno/Um, quanto comporta o que subsiste como parte, em oposição a uma outra, cuja natureza, ainda que antinômica, a completa. (De Lemos, 2003, p. 22)

Nas línguas românicas, então, o termo “corpo” sobrevive com o sentido de matéria viva que se sustenta com autonomia, mas ela mesma é subvertida pela sua relação com “alma” e “espírito”:

Relação essa que permite entender por que a palavra “corpo” e *corpus*, já no latim, isto é, enquanto *corpus*, no singular, e *corpora*, no

plural, é significada como cadáver, cadáveres, isto é, corpo(s) desprovido(s) de alma, uma matéria que continua e que só desaparecerá quando reabsorvida pelo inanimado. (De Lemos, 2003, p. 22-23)

Interessante a lembrança da autora de quando, na década de 70, ela hesitava em utilizar os termos *corpus* e *corpora* para se referir à fala da criança gravada e transcrita como objeto de estudo lingüístico porque “(...) vinha à tona o mal-estar provocado pela simultânea ressonância do que na fala da criança dizia de um corpo vivo e na transcrição já era um corpo morto”. (De Lemos, 2003, p. 23)

Para De Lemos, a importância de se refletir sobre a noção de *corpus* que se impõe na Lingüística é a de explicitar os procedimentos metodológicos utilizados:

(...) tentar fazer da fala de um corpo – o do informante – um *corpus* e de um *corpus* a parte/ponto de partida para atingir uma determinada língua (...) como um todo. Língua que, de início, se apresenta na sua estrangeiridade como pura substância, matéria viva da qual o lingüista se deve aproximar para entender seu funcionamento e reduzi-lo a uma descrição estática. (De Lemos, 2003, p. 24)

Segundo a autora, a noção de *corpus* vigente ainda hoje na área da Aquisição de Linguagem é o resto de um período em que da fala de um corpo que fala acreditava-se poder chegar à língua como totalidade:

No caso da criança, pretendia-se partir de sua fala para chegar a conhecer o que ela, a criança, conhecia da língua, ou como viria a atingir esse conhecimento como totalidade necessária. Mas ela, a criança, não se prestava nem a ser informante nem a fazer julgamentos de aceitabilidade, muito menos a oferecer sua fala para a predição da fala de outras crianças, furtando-se assim a ser representativa de *a criança*. (De Lemos, 2003, p. 26)

A autora questiona o que se esperava obter de um *corpus* na Aquisição de Linguagem, “já que só a diferença justifica o que a expressão ‘aquisição de linguagem’ diz de uma falta – não ‘ter’ a linguagem - e de um ‘vir-a-ter’, isto é, de um percurso para atingir a língua como totalidade.” (De Lemos, 2003, p. 27)

Levantavam-se as regularidades na fala de crianças e descartavam-se as diferenças, pois as mesmas obrigavam que se considerasse o “irregular”. Tal atitude é reducionista, ao considerar que a diferença entre a fala da criança e a fala do adulto é o que falta na primeira em relação à segunda.

Segundo De Lemos, fica claro que, nos dados de fala de crianças, não cabe buscar a escrita de uma gramática infantil, ou a busca de erros regulares para se inferir um percurso em direção à fala do adulto, mas o que realmente se observa quando “irrompe uma criança através de uma fala inesperada. Fala essa que, no entremeio da fala do outro a que está alienada, diz que ela, na sua singularidade, habita aquela língua, a do Outro.” (De Lemos, 2003, p. 28) E o que surge daí é *uma* criança, como corpo que fala, e não *a* criança, pré-determinada, idealizada, por exemplo, pelo pesquisador.

Já o texto *Apontamentos sobre o corpo da linguagem*, de Maria Fausta Pereira de Castro, busca refletir sobre a incidência da fala do outro na relação entre o corpo e a linguagem, promovendo um deslocamento da noção de corpo como um registro meramente orgânico: “Se ele [o corpo] é condição necessária para a linguagem, pela fala do outro o corpo é por ela transformado.” (Pereira de Castro, 2003, p. 49)

Nesse sentido, segundo a autora, a nomeação é fundadora pois designa, por meio de um nome, o corpo, conferindo-lhe um destino subjetivo:

Nesse sentido, pode-se tomar o corpo, na sua materialidade, como a assinatura de um nome e a nomeação como o emblema da incidência da fala do outro sobre o corpo nascente. (Pereira de Castro, 2003, p. 49)

Para Pereira de Castro, a aquisição de linguagem obriga que se pense sobre a relação entre corpo e linguagem, mais precisamente sobre “o destino singular que esta imprime àquele” (Pereira de Castro, 2003, p. 50), ao mesmo tempo em que seensem as conseqüências sobre tal relação quando se impõem determinadas metodologia que excluem o outro falante. Para a autora:

A aquisição de linguagem sempre interroga direta ou indiretamente o estado de um corpo nascente, já que sua questão central é: como pode um *infans* vir a falar? Decorrente dela infiltra-se uma outra sobre os possíveis efeitos da linguagem sobre o corpo; a começar pelos efeitos da fala do outro sobre o corpo do *infans*. (Pereira de Castro, 2003, p. 50)

A autora, “pelo recurso à oposição organismo X corpo, [procura apontar] o que decorre do não-reconhecimento ou do reconhecimento dos efeitos da incidência da fala do outro sobre o corpo nascente” (Pereira de Castro, 2003, p. 53) e mostra que a exclusão radical dessa fala implica na queda da singularidade do sujeito falante e no reconhecimento de um corpo como mero organismo representativo de uma espécie.

O texto indica que organismo e corpo não podem ser tomados como sinônimos, pois o primeiro remete a um paradigma organicista em que a linguagem é tomada na generalidade da espécie, ao passo que o segundo, ao considerar as relações entre sujeito e corpo, suscita sua singularidade:

Na medida em que a ordem da língua dilui-se no funcionamento geral do organismo humano, barram-se tanto os possíveis efeitos da fala do outro (...) quanto a singularidade de um corpo por ela afetado (...) No salto do ainda não humano para o humano, de um organismo prematuro para um corpo falante, nada se dá sem que um adulto fale à criança, esculpindo-lhe a voz como marca singular na história desse corpo. Ainda que *infans*, desde o nascimento a criança é apanhada em uma rede de linguagem que a antecede e na qual e pela qual qualquer manifestação do seu corpo – grito, balbúcio, riso, choro, movimentos ou silêncio – recebe interpretação da mãe ou daquele que ocupa sua função. (PEREIRA DE CASTRO, 2003, p. 53-55)

Ou seja, o bebê, na sua imaturidade, não sobreviveria sem um adulto – do qual é totalmente dependente – que recortasse seu grito e o interpretasse como demanda, abrindo a lacuna necessária para a aquisição da linguagem.

A diferença marcante entre organismo - estrutura biológica, cujo funcionamento é inato – e corpo – estrutura simbólica, constituída a partir do olhar do Outro – a partir das teorizações apresentadas, permite-nos afirmar que a forma como os autores Aucouturier/Lapierre e Tavares referem-se ao corpo, por vezes, obriga-nos a aproximar suas teorizações do que aqui estamos considerando organismo.

6. O papel da mãe: agente materno

Se a relação entre corpos nunca pode ser gratuita, desvinculada de uma relação simbólica, o papel da mãe tem função primordial. Somente através do Outro (com letra maiúscula, o grande Outro), a captura pela rede do simbólico acontece.

Miller, na tentativa de explicar o que é esse Outro com letra maiúscula (A) construído por Lacan, que se distingue do outro com letra minúscula, diz:

Em primeiro lugar, pode-se dizer que o Outro é o grande Outro (A) da linguagem, que está sempre já aí. É o Outro do discurso universal, de tudo o que foi dito, na medida em que é pensável. (...) O Outro de Lacan é também o Outro cujo inconsciente é o discurso; o outro que no seio de mim mesmo me agita, e por isso é também o Outro do desejo, do desejo como inconsciente, esse desejo opaco para o sujeito. (Miller, 2002, p. 22)

Esclarece, então, que “o que Lacan chama de Outro é uma dimensão de exterioridade que tem uma função determinante para o sujeito” (Miller, 2002, p. 22). E é a mãe quem encarna, normalmente, o grande Outro, e quem cumpre a função de agente materno, executando a função materna através do que Vorcaro (2005) chama de linguagem maternante:

A linguagem maternante refere-se à desnaturalização do organismo a partir do momento em que a matriz simbolizante implantada pela mãe passa a regular a economia do organismo. Essa matriz é dada pelo registro de estados do organismo: descarga da tensão orgânica e apaziguamento operado pela mãe. (Vorcaro, 2005, p. 123)

Não é possível retirar toda a determinação simbólica e significativa dos atos maternos, cujo agente, então, imprime naquele funcionamento orgânico um funcionamento corporal ou, em outras palavras, quem supõe naquele *infans* (aquele que não fala) um sujeito falante:

No ser humano, a mãe pode dar ou não de mamar ao seu filho. É ela quem tem todo o poder onipotente sobre a criança. É ela quem faz do choro e do espasmo da criança um chamado, gerando na criança uma demanda. É ela, ou aquele que cumpra sua função, quem transforma essa pura ação motora num ato psicomotor, num gesto que gesta um sujeito falante. (Levin, 2004, p. 79)

Tal relação, para o ser humano, é da ordem do necessário, primordial, eu diria, vital:

O corpo, para ser e por ser humano, depende para sua subsistência de um Outro (que, como referimos anteriormente, num primeiro momento a mãe encarna como função), já que a criança quando nasce é imatura, prematura, sem mielinização das vias nervosas e sem o Outro não conseguirá constituir um corpo subjetivado. (Levin, 2004, p. 52)

Percebe-se, então, que não basta um corpo “suficientemente extenso”, tampouco íntegro – vide os casos de crianças que nascem com sérias deficiências físicas e, no entanto, estruturam-se subjetivamente – para garantir o futuro da criança, aliás, essa questão é irrelevante se não houver desejo²² por parte da mãe. Sujeito e corpo não são sinônimos, já que o corpo é construído simbolicamente e o sujeito deve conquistá-lo com a mediação do Outro:

²² Esta questão será discutida nos próximos parágrafos.

Por efeito da linguagem, produz-se esta separação entre o sujeito e o corpo. Um animal, diferentemente de um sujeito, não poderá dizer que tem um corpo ou que o percebeu, sentiu, vivenciou o corpo, ou que o corpo é dele, porque o animal é apenas corpo e por não estar imerso na linguagem nunca poderá distanciar-se para tê-lo. (Levin, 2004, p. 49)

Jerusalinsky é radical ao discutir esta questão. O contato entre mãe e filho não é da ordem do corpo, da necessidade fisiológica:

Tal o caso de uma mãe que escuta o grito de seu filho e comenta: “emitiu um som em mi bemol”; ou, diante do cocô, descreve pediatricamente: “pastoso, amarelo-marrom, sem fragmentos residuais: boa digestão” (...) Certamente a subjetivação do corpo abre suas vias quando o cocô é “presente”, quando o grito é “chamada”, quando o domínio muscular é “gracinha”, ou a habilidade é “grande futuro”. (Jerusalinsky, 1996, p. 91)

Ou seja, a questão é menos real do que simbólica. A estrutura da linguagem proposta por Lacan é aquela que captura um ser especial, aquele que fala, e isso tem conseqüências particulares para seu corpo. Novamente, recorro a Miller:

(...) as necessidades do homem estão nele completamente transformadas pelo fato de que fala, pelo fato de que dirige demandas ao Outro – e se pode colocar nesse outro um *O* maiúsculo -, esse Outro que Lacan chama de Outro onipotente da demanda. Em geral, no homem, o significante substitui a necessidade, pois a demanda ao Outro tende, por seu próprio movimento, a se converter em demanda pura da resposta do Outro – aí se coloca o amor. O amor está além do que seria a satisfação da necessidade. (...) Essa resposta do Outro, a pura resposta do Outro, é mais importante que a satisfação da necessidade, e é aí precisamente onde Lacan encontra o princípio da identificação simbólica: a partir do significante da resposta do grande Outro se dá a primeira identificação do sujeito. (Miller, 2002, p. 25)

Nesse sentido, trago, agora, Levin, que afirma que nosso corpo deve constituir-se por não nascermos dotados de sua constituição. O que temos ao nascer é um organismo que, para ser e por ser humano, depende de um Outro, cuja função é encarnada, normalmente, pela mãe, a qual “tem a função (da linguagem) de apresentar o corpo à criança” (Levin, 2004, p. 52):

A criança conhece, primeiramente, seu corpo. Porém, que chegue a conhecer ou não o seu corpo não depende dela, já que para crescer, para conhecer-se e para conhecer, depende de um Outro (...) A necessidade, o puro pedido da criança, transforma-se, ao passar pelo Outro, em demanda. O estado da necessidade, o puramente biológico tomado e transformado por ele, ou seja, pelos significantes que vêm desse outro que lhe dá o dom da linguagem. Daí em diante o que retorna constantemente não é corpo da necessidade, mas o que um sujeito deseja através de seu corpo. (Levin, 2004, p. 54)

Em um primeiro momento – o momento do assujeitamento total da criança ao Outro –, este Outro (normal e primordialmente a mãe) é órgão extracorpóreo da criança, e reconhece as urgências vitais do corpo do bebê, compatibilizando este orgânico aos seus atos maternos. Este agente materno se faz de instrumento dessa experiência de satisfação da criança. Tudo o que este Outro faz se prende à própria natureza orgânica do corpo da criança, então, passar desse funcionamento orgânico para um funcionamento pulsional próprio do organismo humano depende do significado que estas necessidades terão para o agente materno. Ou seja, dar conta das necessidades orgânicas de uma criança não proporciona condições para a saída dos indivíduos de suas condições primeiras – de um puro organismo vivo.

O organismo, a priori, é dotado de um funcionamento cuja tendência é o encontro de um gozo mortífero – pulsão de morte. O fracasso dessa tendência é necessário para limitar tal gozo. É essencial que o organismo efetive a passagem desse gozo do puro vivo para sua entrada no universo do simbólico. O gozo do vivo, cujo estatuto é o da pulsão de morte, é perdido pela instauração do significante, quando o sujeito é afetado pela linguagem. Se, em um primeiro momento, o funcionamento biológico do corpo do filho se constitui em um ritmo de tensão e apaziguamento, demanda e satisfação, tal ritmo será pervertido pelo exercício da função materna. É justamente isso que opera a perda do gozo instintual que vai inserir a criança no campo da linguagem. A mãe dá corpo ao seu filho, que a priori é puro organismo. A existência de um bebê, ali, é pura ficção – necessária – da mãe, pois sem ela não haverá sujeito, não se concretizará a passagem. Os cuidados maternos, então, são também atos simbólicos, cujos sentidos são decisivos, pois decidem o futuro do organismo: se permanecem como tal ou se, na antecipação desse funcionamento corporal, a criança se identifica com essa imagem antecipada e construída pelo Outro, e descola-se para irromper-se como um sujeito.

A perda desse gozo do puro vivo que permite a entrada do sujeito na linguagem não é apenas inevitável, tampouco mera possibilidade, mas reelabora a idéia da necessidade, já que tal passagem é da ordem do vital. É vital que se perca um certo funcionamento de gozo para que outro funcionamento se instaure, proporcionando um novo tipo de gozo possível somente através da linguagem,

que seria a satisfação pulsional, fundamental para a existência/sobrevivência do sujeito.

Nesse sentido, é pertinente desnaturalizar a noção que se pode ter acerca da função materna. Considerar a mãe, como o faz Tavares, representante da cultura, por exemplo, pode ser visto equivocadamente como uma “função natural”. Segundo Molloy (2005):

O conceito de maternidade faz parte do universo simbólico em que nos constituímos: por causa das ideologias e dos sistemas históricos de valores nos quais se sustenta como conceito, aparece às vezes confundido com o funcionamento supostamente “natural” da reprodução humana (...) Identifica-se (...) a maternidade (...) com uma função que culturalmente é construída como uma “função natural”. (Molloy, 2005, p. 128)

Segundo a autora, a maternidade não é “natural”, entretanto, na cultura constrói-se a naturalidade dessa função, como se a reprodução humana levasse obrigatoriamente uma mulher a ser mãe, não apenas no sentido familiar e cultural do termo, mas nessa posição simbólica concernente à função materna. Seguindo essa linha de raciocínio, se, segundo Tavares, a mãe é representante da cultura, e se a cultura naturaliza o conceito de maternidade, corre-se o risco, ao se considerar a função materna como a de representar a cultura para a criança, de naturalizarmos também essa função. Se a cultura naturaliza a maternidade, naturalmente a maternidade iria representar a cultura para a criança, e não é disso que se trata. O papel do agente materno está para além da representação de algo, pois ele é constitutivo. Da mesma forma, a maternidade está para além do natural,

pois também foi constitutiva do agente materno: não basta e não é necessário ser mãe na cultura para ocupar a função materna.

6.1 A mãe como sujeito desejante

Na obra de Bergès e Balbo, *A atualidade das teorias sexuais infantis*, os autores discorrem sobre a importância das teorias sexuais das crianças. Inicialmente, a diferença anatômica entre os sexos é inconcebível para a criança, entretanto, a questão fundamental que se coloca para o pequeno sujeito não trata disso, mas sim de onde vêm os bebês.

O primeiro passo da criança é o de interrogar os pais, fonte de todo saber. É daí que vem a primeira decepção, pois os pais não respondem, ou o fazem de forma evasiva. A criança percebe, então, que há proibições, mas não confronta os pais e surgem suas hipóteses, derivadas de sua própria condição sexual. As teorias sexuais infantis, nesse sentido, sempre contêm um fragmento de verdade, mas há um obstáculo intransponível para a criança chegar à verdade por sua teoria: ela não concebe a diferença sexual anatômica. Diante do fracasso, tais teorias são abandonadas, e retornam apenas na puberdade.

Bergès e Balbo, a partir disso, teorizam sobre a função do Outro materno nesse percurso da criança. Segundo os autores, a mentira por parte dos pais surge não porque não saibam a resposta à pergunta da criança, mas porque há

uma divisão do sujeito: um desconhecimento, no caso do agente materno, que o impossibilita de significar a maternidade.

Para Bergès e Balbo, o “desejo da mãe” tem um lugar especial. À mãe falta um saber que ela hipotetiza que o filho poderá lhe dar. É neste lugar da falta, neste lugar do não-saber, que a mãe faz hipótese sobre o saber de sua criança. Existe a impossibilidade da mãe de significar a maternidade, e ela tem que supor que é a criança quem vai responder a ela. A mãe, então, convoca uma resposta. Para os autores, supõe-se que a mãe:

(...) seja capaz de se supor desconhecendo algo, que haja desconhecimento nela e que ela delegue a seu filho a possibilidade de lhe dizer uma ponta disso, um dia, quando ele quiser (...) à medida que a mãe dá à criança a possibilidade de fazer hipóteses sobre o que a mãe não sabe, que ela abre para si mesma a possibilidade de fazer a hipótese de que essa criança saberia algo disso. (Balbo e Bergès, 2001, p. 20-21)

As hipóteses a que os autores se referem são justamente as teorias sexuais infantis:

Se a mãe não é toda nem sabe tudo, é capaz de formular a hipótese de que seu menino conhece um pouco disso e de lhe dar carta branca para fazer uma teoria. (...) Para que a criança possa fazer uma teoria, é preciso que, em um momento dado, sua mãe a suponha capaz de fazer uma. (Balbo e Bergès, 2001, p. 20)

Segundo Bergès e Balbo, é preciso que a mãe transforme as ofertas que faz ao bebê, em resposta às suas necessidades, em demandas, e é preciso também que ela demande ao filho:

A mãe tem necessidade de fazer a hipótese de que seu filho, sua filha, lhe dirá um dia por que e como ela o concebeu. Ela vai esperar. Se ela deseja que essa criança cresça e fale, é porque ela está esperando que algum dia ele ou ela lhe diga por que ele ou ela está aí. (Balbo e Bergès, 2001, p. 25-26)

Em outra obra – *Jogo de posições da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo* –, segundo Bergès e Balbo:

Quando a mãe faz a hipótese de uma demanda no filho é porque formula a hipótese prévia de que o filho vai articular essa demanda ao desejo dela. Se ela não se formula essa suposição, porque não suporia desejo por ela mesma, por exemplo, ela não pode fazer a hipótese de uma demanda na criança. O que uma mãe espera de uma demanda do filho é que este afague seu desejo de mãe. Para ela, a demanda suposta no filho é o relançamento esperado de seu próprio desejo de mãe. (Balbo e Bergès, 2002, p. 33)

Para os autores, o transitivismo é fundamental, tanto à criança quanto à mãe. Relativamente à mãe, Bergès e Balbo articulam que:

(...) é comum observar que ao ver o filho em perigo de cair, por exemplo, ou vendo-o levar um tombo e não apresentar reação alguma, sua mãe se mostra afetada por isso e não hesite em lhe exprimir esse afeto de dor de modo certamente demonstrativo, mas, sobretudo, perfeitamente articulado e demonstrado na fala. O que ela experiência e comunica desse modo é uma certeza (...) (Balbo e Bergès, 2002, p. 9)

O transitivismo não se delimita somente pelo que a mãe experiencia e demonstra, como o exemplo acima, mas é este processo que está em jogo quando ela se dirige ao filho fazendo hipótese de um saber sustentado por ele, o

qual retornará a ela em forma de demanda que ela mesma supõe ser fruto da identificação do discurso do filho ao dela.

Nos casos como os do exemplo, o transitivismo passa também pelo real do corpo, lugar de recepção por meio do qual o mundo se apresenta para a criança:

Apreende-se que esse acesso ao simbólico, que representa a identificação da criança ao discurso da mãe, concerne ao corpo, na medida em que ele não é somente corpo imaginário, mas também corpo de linguagem, de significante e de letras. (...) mantendo um discurso transativista, a mãe força o filho a se integrar ao simbólico; ela o obriga a levar em conta os afetos que ela nomeia para designar as experiências dele em referência às suas próprias. (...) (Balbo e Bergès, 2002, p. 10)

O discurso transativista, segundo os autores, antecipa e condiciona a criança a entrar no campo da linguagem e na função de fala – o universo simbólico:

Como se vê, o transitivismo é certamente um processo de forçagem que está longe dos suaves cuidados maternos (...) esse processo se origina na hipótese que a mãe se faz: o filho pede à mãe que lhe leia o saber que está nele, saber ao qual, por essa leitura, ele vai poder identificar-se, tomando posse assim, simbolicamente, de um bem que ela já possui realmente. (Balbo e bergès, 2002, p. 12)

Em um primeiro momento, a criança grita. A mãe confere-lhe fome, sede, alguma necessidade. Em um segundo momento, a mãe sana a necessidade do filho. Em um terceiro momento, a antecipação da mãe sobre a criança recai na confirmação da hipótese que ela suscitara acerca da demanda do filho, e tal momento é, segundo Bergès e Balbo, decisivo. A mãe não responde nunca ao

que é da necessidade do filho, mas sempre ao que ela supõe ser sua demanda. Há, portanto, sempre, a hipótese de um saber no filho, e este é o pleno exercício da função materna: a suposição de um sujeito onde ele ainda não está, para posterior constituição subjetiva, possível apenas a partir do olhar/discurso do Outro.

7. O estágio do espelho

Este breve percurso teórico permite-nos chegar à seguinte questão: partindo do pressuposto da constituição do sujeito pela linguagem, que não é inata, como se constitui, então, a Imagem Corporal de uma criança? O enlace do corpo pela linguagem, por este viés, é essencial, assim como a importância do Outro em toda constituição subjetiva da criança.

A metáfora do espelho é fundamental, e inúmeros autores a trabalharam. Nos capítulos passados, vimos que Aucouturier e Lapierre, apesar das ressalvas à questão “visual” que os mesmos atribuem ao trabalho de Lacan²³, sustentam sua importância; Pereira de Castro (2003) também. A questão do “corpo despedaçado” permeia vários estudos. Um salto qualitativo da criança no percurso da constituição de sua Imagem Corporal seria justamente essa unificação, que não é, partindo dos postulados apresentados anteriormente, uma unificação meramente

²³ Tal crítica a Lacan quanto à imagem visual em jogo no espelho não se sustenta. Trata-se muito mais de uma metáfora da imagem junto ao Outro simbólico, e não no espelho propriamente dito. É o olhar do Outro que funciona como espelho.

orgânica, mesmo porque o organismo, em si, é unificado. Mais uma vez, deparamo-nos com a essencialidade do agente materno:

O espelho como objeto não passa de um cristal polido e azougado em uma das faces, na qual a ilusão ótica forma as imagens que acabarão por representar quem nela se olhar refletindo-se, isto é, duplicando-se, desdobrando-se. Tenhamos em conta que para um recém nascido o primeiro espelho será o olhar cênico da mãe, a criança está dentro dela, nesse espelho materno; depois ele poderá imitá-la (imitações precoces e alienantes), como se ele e ela fossem um, passando pela fase do transitivismo, para finalmente “virar pelo avesso” e tomar posse da sua “própria” imagem, diferenciando-se dela, mas associada para sempre ao espelho. (...) A criança estrutura a linguagem e a imagem corporal partindo da posição do Ele para a do eu. Sem Ele (Outro), o eu não poderia espelhar-se cenicamente. (Levin, 2002, p. 103-104)

Proponho um retorno ao texto de Lacan – *O estádio do espelho como formador da função do eu, tal como nos é revelada na experiência psicanalítica* – para compreender este funcionamento. Neste texto, Lacan apresenta a versão definitiva²⁴ de sua teorização sobre o estádio do espelho, momento de estruturação do sujeito, entre seis e dezoito meses de vida, em que o ser reconhece a sua imagem unificada no espelho:

²⁴ A noção de um determinismo das imagens precede a descoberta o estágio de espelho. Ela aparece, já em 1934, no artigo sobre as irmãs Papin. Em “Além do princípio de realidade” (1936), Lacan determina como finalidade da análise uma tomada de “consciência [pelo sujeito] da unidade da *imagem* que nele se refrata em efeitos díspares (...) Em 1946, em “Formulações sobre a causalidade psíquica”, ele se refere ainda à *imago* e a seu efeito de alienação. Não se dispõe do primeiro texto sobre o estádio do espelho. Depois de ter sido apresentado (...) em junho de 1936 (...) foi apresentado em agosto de 1936 (...) Lacan (...) descuidou-se em seguida de entregar seu texto para a ata do congresso e o perdeu. Depois de 1936, várias versões remanejam a apresentação do estádio do espelho. Podem-se distinguir dois períodos: o das versões que vão até o artigo “O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, em 1949, e o da versão posterior do estádio do espelho generalizado. (PORGE, 2006, p. 67-68)

“Basta compreender o estágio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (...)” (Lacan, 1998, p. 97)

Lacan refere-se ao bebê como *infans* neste momento prematuro do desenvolvimento, caracterizado justamente por suas limitações motoras que o deixam à mercê dos outros, já que a criança precisa ser amparada corporalmente por um suporte devido à sua falta de coordenação motora.

Ao ver sua imagem refletida no espelho, a criança enxerga ali algo novo, uma completude que até então não se fazia possível a seus olhos. Se o bebê necessita do suporte do outro, é fato que, neste momento em frente ao espelho, também se vê sustentado corporalmente. No espelho, então, é o reconhecimento da imagem do outro que lhe surge primeiro, antes mesmo de sua própria imagem especular. A criança reconhece a imagem dos pais, por exemplo, e deve estranhar quando a voz que lhe fala não vem do espelho, mas de trás de si mesma. É quando, então, ela provavelmente percebe a dualidade a que está exposta: um outro Real e um especular. De si mesma, ao contrário, ela só tem a imagem completa refletida pelo espelho, pois seus olhos não são capazes de permitir-lhe enxergar-se como um todo.

Lacan afirma: “(...) não basta a criança se refletir unindo-se à sua imagem, mas, para conquistá-la, ela precisa de toda a sustentação simbólica que vai permitir-lhe apossar-se e valer-se dela”. (Lacan, 1998, p. 111-112). Para que se precipite esta imagem, é necessário que algo (matriz simbólica) tenha sido

construído antes. Não basta que a criança se olhe no espelho para se reconhecer. Antes, essa imagem deve estar (e ter sido) sustentada pelo olhar do Outro, para quem seu corpo é visível desde o nascimento. A criança se identifica com essa imagem que vem sendo construída pelo Outro para, então, antecipar-se e descolar-se. Segundo Porge, “a imagem antecipa a unidade e o controle da motricidade efetiva do corpo, até então vivido como despedaçado (...) O sujeito antecipa em uma imagem a maturação de sua potência” (Porge, 2006, p. 68), ou, nas palavras de Lacan: “(...) o estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação (...)” (Lacan, 1998, p. 100).

Até este momento, o corpo da criança, para si mesma, não formaria um todo coerente. A diferença fundamental da leitura lacaniana do estado do espelho é justamente a hipótese do despedaçamento, possível apenas a partir do júbilo, que assinala um sentimento de triunfo (Cf. Porge, 2006, p. 68):

“A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.” (Lacan, 1998, p. 97)

A totalidade do corpo do bebê, portanto, estaria na dependência total do Outro, que o vê como integrado não só corporalmente, mas como um sujeito. É este Outro que o enxerga como um, antecipando-lhe um funcionamento corporal.

É a partir da unificação especular que se constitui o esquema mental do corpo e, a partir daí, podemos falar do corpo enquanto uma unidade imaginária assim como de fantasias de fragmentação corporal, diferenciando-as, deste modo, das sensações caóticas, divididas e desorganizadas do corpo que até esse momento acossavam a criança. (Levin, 2004, p. 63)

Miller resume a importância desse trabalho de Lacan da seguinte forma:

Que é o estágio do espelho? Resume-se no interesse lúdico que a criança dá mostras, entre os seis e os dezoito meses, por sua imagem especular, aspecto pelo qual a criança se distingue, certamente, do animal. Reconhece a sua imagem, se interessa por ela, e esse é um fato que, podemos admitir, é observável. (...) [Para Lacan], o essencial nele não era nem a idéia de estágio, nem a observação. Quis explicar esse interesse singular da criança (...), um prematuro, fisiologicamente falando. Por isso, está numa situação constitutiva de desamparo; experimenta uma discordância intra-orgânica. Portanto, segundo Lacan, se a criança exulta quando se reconhece em sua forma especular, é porque a completeza da forma se antecipa com relação ao que logrou atingir; a imagem é, sem dúvida, a sua, mas ao mesmo tempo é a de um outro, pois está em déficit com relação a ela. Devido a esse intervalo, a imagem de fato captura a criança – e esta se identifica com ela. Isso levou Lacan à idéia de que a alienação imaginária, quer dizer, o ato de identificar-se com a imagem de um outro, é constitutiva do eu (moi) no homem (...). É um desenvolvimento no qual o imaginário está inscrito, e não um puro e simples desenvolvimento fisiológico. (Miller, 2002, p. 16-17)

Segundo Porge:

A efetividade do simbólico no imaginário é mais postulada do que realmente articulada no artigo, de 1949, sobre o estágio do espelho. É essa carência que o esquema ótico vem remediar a partir de 1954. Seu objetivo é apresentar a incidência sincrônica do real, do simbólico e do imaginário. (Porge, 2006, p. 73)

Não nos deteremos, aqui, ao esquema ótico em si, mas é pertinente ratificar, a título de fechamento deste capítulo, a importância da conjugação entre

os três registros: Real, Simbólico e Imaginário. No estágio do espelho, o real do corpo da criança enlaça-se ao imaginário e ao simbólico. O registro do Real não corresponde à realidade, já que o mesmo é da ordem do impossível, o que sobra como resto do Imaginário e não se captura pelo Simbólico. O registro do Imaginário corresponde ao eu, aquele cuja formação se dá no estágio do espelho e cujo reconhecimento se constitui pela imagem especular quem vem do Outro. Este, por sua vez, ocupa o registro do Simbólico, que é o lugar da linguagem e estrutura o sujeito. No estágio do espelho, a criança soluciona a angústia de um corpo despedaçado ao identificar-se com uma imagem unificada do corpo do semelhante, ratificada pela nomeação que advém do Outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao deparar com os estudos sobre Imagem Corporal, percebi que o campo poderia ser bastante enriquecedor para meus estudos sobre Corpolinguagem. O conceito de Imagem Corporal pressupõe a singularidade do sujeito, já que a Imagem que se constitui é singular, particular. Considera-se a Imagem Corporal, por exemplo, como norteadora das relações do homem com o mundo (Cf: Tavares, 2003, p. 48). Nota-se uma tentativa de diversos autores da área em desmistificar o corpo como sendo apenas organismo, da ordem do biológico. Esse corpo a que se referem é um corpo falante, dotado de um significado, de uma história; é uma estrutura complexa.

Entretanto, a contribuição de toda a reflexão anterior que apresentei neste trabalho implica a presença da linguagem de forma inevitável na constituição da Imagem Corporal, pois se considera que ela é o que constitui o humano, sendo a linguagem, portanto, a norteadora das relações entre homem e mundo, e também indispensável na formação da Imagem Corporal de cada indivíduo.

Nos trabalhos analisados por esta dissertação, encontra-se uma diferença na construção teórica do conceito de Imagem Corporal em relação à teorização aqui proposta, diferença conseqüente, provavelmente, da concepção de linguagem com que se está trabalhando em cada recorte teórico. Parece, segundo os textos sobre os quais refletimos, que é possível que um corpo fale, mas de uma forma que não é linguagem, mas corpo. É fato que o corpo fala, mas é, sim,

através da linguagem, porque não há outra forma de construção do Real que não seja através dela. Daí que a grafia “corpolingüagem”, tudo junto, nos remete ao título desta dissertação e:

(...) deve ser lido na perspectiva dos efeitos da linguagem sobre o vivo, ou sobre o organismo, para diferenciarmos da noção de corpo que tomamos sempre já em um contexto imaginário de determinação simbólica, portanto sempre efeito de linguagem (...) (LEITE, 2003, p. 163).

A tese de que o inconsciente tem estrutura de linguagem, hipótese a partir da qual Lacan realiza a releitura de Freud, implica em uma condição radical: a de que o sujeito seja constituído pela linguagem e de que, portanto, nada há, se fora da linguagem. A radicalidade desta condição se impõe na medida em que isto passe a ser a condição de sobrevivência do indivíduo, dependente de uma rede simbólica.

De Lemos, em seu trabalho *Corpo e linguagem* (1995), aventura-se “(...) a pensar como, a partir do que é próprio da língua e da linguagem, poder-se-ia apreender o que é do corpo” (De Lemos, 1995, p. 235). Segundo a autora, algumas teorias lingüísticas que assimilam a linguagem à mente e a mente ao corpo biológico colocam em risco a própria autonomia da ciência Lingüística, pois:

(...) a remissão da ordem própria da língua a um saber da espécie humana resulta na sua negação e acaba por alçar do corpo o que vem também a negá-lo, isto é, um cérebro que serve para descartar, em nome da espécie, a singularidade de um corpo que fala. (De Lemos, 1995, p. 237)

A autora justifica sua preocupação em trazer esta reflexão acerca do que seja próprio da língua e da linguagem a partir do fato de que:

(...) sempre que algo do corpo ou sobre o corpo tem comparecido na reflexão filosófica ou lingüística sobre a língua e a linguagem, é o apagamento do que é próprio da língua que convoca essa presença. (De Lemos, 1995, 238)

Retomando Saussure, De Lemos advoga que é através da teoria do valor que o que é próprio do funcionamento da língua se faz presente, independentemente da vontade do sujeito falante, o qual seria apenas o suporte da língua. Segundo a autora, “(...) é possível entrevê-lo [o sujeito falante] em sua singularidade de corpo que fala justamente no inesperado (...)” (De Lemos, 1995, p. 242), ou seja, nos efeitos de erro, sejam patológicos, lapsos ou poéticos.

Neste momento, a autora fala sobre sua área de investigação – a aquisição da língua materna pela criança –, marcando “(...) o percurso singular que uma criança faz na sua relação com a linguagem, por meio da fala do outro.” (De Lemos, 1995, p. 243) De Lemos, contudo, não nega a possibilidade de uma objeção ser levantada, qual seja: “apontar os indícios da singularidade do falante na sua relação com a linguagem é suficiente para pôr em cena o corpo ou um corpo falante?” (De Lemos, 1995, p. 243)

A essa questão, a autora recorre novamente a Saussure, mas agora aos seus manuscritos de Harvard, dos quais:

(...) se depreende o movimento de Saussure na direção do conceito de 'imagem acústica' enquanto recurso teórico para ultrapassar o que se poderia reduzir à ordem biológica (...) A língua vem do outro enquanto 'esfera de onde se fala' (...) Para que a criança possa passar do ouvir para o escutar e para o escutar-se, ela tem que passar pelo 'dessubjetivar' desse outro enquanto 'esfera de onde se fala' e se significa, assim como pelo 'desobjetivar' da 'cadeia sonora' em sua projeção-transformação em 'imagem acústica' (De Lemos, 1995, p. 243-245).

De Lemos, então, questiona: "Que efeito teriam esses processos sobre a apreensão do corpo pelo falante?" (De Lemos, 1995, p. 245) A essa questão, a autora responde, a partir de sua leitura de Derrida:

O efeito imaginário do ouvir-se falar ou escutar-se é a subjetivação, sentido em que se apresenta um interno ao corpo como lugar de origem do som e da idéia, e a objetivação no sentido em que assim, a partir desse interno, constitui-se um externo como objeto de percepção e de conhecimento (...) Quando nos escutamos falar e mesmo quando escutamos alguém falar, o som se esvai e como que desaparece, fazendo emergir o significado e, com ele, um interno ao corpo, uma mente como lugar de origem (De Lemos, 1995, p. 245).

Para a autora, é difícil não pensar como Lacan, que o homem é um ser afetado pela linguagem, posto que:

(...) a unidade, integridade desse interno imaginário do corpo pode desfazer-se no momento em que o som como se detém à margem de um significado, ou no momento em que um significado se suspende para fazer surgir um outro (De Lemos, 1995, p. 246).

Portanto, não se discorda de que o corpo fale, mas se advoga sobre a indissociabilidade entre corpo e linguagem, sendo a linguagem o fundamento

dessa ordem simbólica da qual parte tudo que seja da ordem do humano e possui caráter universal, presente em todos os momentos e em todos os níveis de existência. Só se reconhece que um corpo fala porque é o significante, regido pelas leis do simbólico e cujo efeito é a linguagem, que faz o recorte para que tal expressão, que se dá a ver no corpo, tenha sentido.

Nesse sentido, cabe refletir sobre a noção de corpo a que nos referimos durante todo este trabalho, que não se trata do organismo em seu funcionamento no Real, mas de um corpo simbolizado, justamente por ser construído enquanto efeito do significante. Segundo Leite, se podemos, em um primeiro momento, tomar o corpo como uma superfície que recebe algo, logo nos damos conta da observação de Lacan quanto ao fato de que uma superfície é efeito do corte que o significante realiza. Assim, se guiados pelo discurso psicanalítico lacaniano de que o corpo é tomado como receptáculo, é porque já se está considerando o registro dos efeitos do significante sobre um Real orgânico. (Cf. Leite, mimeo)

A Imagem Corporal, como vinha sendo concebida e construída teoricamente, não dava conta do que é da ordem do simbólico. Como se formaria a Imagem Corporal, afinal? O ser humano seria dotado de uma “inteligência”, ou de uma “estrutura biológica” que possibilitaria tal construção, mas este trabalho teoriza que isto só é possível por causa da constituição do sujeito como falante. A constituição da Imagem só é possível através do recorte simbólico instaurado pelo significante, estrutura da linguagem. Françoise Dolto afirma que:

“Um ser humano pode, sem ter anomalias neuromusculares ou neurovegetativas, se ter encontrado na impossibilidade de estruturar sua primeira imagem do corpo, e até mesmo de sustentar seu narcisismo fundamental. É suficiente que ele tenha sofrido rupturas danosas do elo precoce com sua mãe, seja ao longo da vida fetal simbiótica, seja ao longo de sua vida lactante, naquele período em que o equilíbrio da díade mãe-criança é essencial ao seu devir humano”. (Dolto, 2004, p. 173)

Tal excerto introduz a teorização da autora sobre os primeiros riscos de alteração da imagem do corpo. Neste trecho, é interessante notar que, segundo ela, a relação mãe-bebê é essencial para a construção da Imagem Corporal da criança. Surge, imediatamente, a pergunta: por quê? Segundo a teorização aqui proposta, é justamente pela fala do Outro primordial – a mãe – que o corpo da criança é transformado, é a incidência da fala da mãe no corpo da criança, através da língua, manifestação da linguagem, que entrelaça o corpo, captura-o, conferindo-lhe um caráter que extrapola os limites do orgânico e imprime-lhe um destino singular, possibilitando a constituição da Imagem Corporal:

No exercício dessa função [função materna], uma mãe sustenta para seu bebê o lugar de Outro primordial. Impelida pelo desejo, antecipará em seu bebê uma existência subjetiva que ainda não está lá, mas que virá a instalar-se justamente porque foi suposta. Desenhará com seu olhar, seu gesto, com as palavras, o mapa libidinal que recobrirá o corpo do bebê, cuja carne sumirá para sempre sob a rede que ela lhe tecer. (Kupfer, 2000).

Como, então, é capturado o indivíduo por esta “rede simbólica”? Através dos cuidados maternos, especificamente, através do exercício da função materna, exercida primordialmente (mas não obrigatoriamente) pela mãe.

Existe um assujeitamento real da criança – alienação – ao Outro, uma dependência ao desejo do Outro. Sua satisfação depende do Outro, o bebê está, literalmente, à mercê do Outro. Enquanto os animais possuem um funcionamento instintivo, o sujeito humano tem um funcionamento pulsional – efeito de um trabalho imposto pelo próprio corpo ao aparato psíquico, cuja realização só se concretiza pela via do simbólico – submetido ao desejo do Outro.

Ou seja, o ser humano é um ser prematuro no nascimento, com uma incoordenação motora constitutiva. O bebê só conseguirá encontrar uma solução para tal estado de desamparo por intermédio de uma “precipitação” pela qual ele “antecipará” o amadurecimento de seu próprio corpo, graças ao fato de que ele se projeta na imagem do Outro – figura materna. Isso é o que leva o bebê a sair da sua prematuração neonatal, sendo que este movimento de precipitação, neste outro, leva o bebê a uma alienação. O bebê é obrigado a se “alienar” para que se constitua um “sujeito”. (Cf. Leite, on-line)

A alienação tem o sentido de que o bebê não tem uma unificação ou identidade essencial, e ele se constitui como sujeito devido ao resultado do efeito que esse Outro tem no bebê. Nessas condições, o bebê não é outra coisa senão a imagem do Outro. No espelho a criança vê que ela mesma existe e não é o Outro – a figura materna. Neste momento identifica a “falta”: a separação da mãe. (Cf. Leite, on-line)

O *infans*, para o agente materno, precisa ser um objeto investido simbolicamente, para que a rede do simbólico o capture. É justamente a idéia de

“captura” que se faz essencial nos trabalhos de De Lemos. Para a autora, o caminho da criança na linguagem corresponde ao de uma "captura", não ao de um desenvolvimento. Como ilustra Lier-DeVitto:

(...) a criança que emerge em seu trabalho [trabalho de De Lemos] não é um sujeito-em-controle-da-linguagem, mas um sujeito cindido e, em suas palavras um *corpo pulsional* (não natural, mas interpretado *pelo outro, pela língua, pelo falante como outro de si*).” (Lier-DeVitto, 2006)

A teorização de De Lemos desdobra uma abordagem estrutural de linguagem, incluindo um sujeito dividido como efeito de sua incidência. Assim como o sujeito é estruturado na e pela linguagem, a Imagem Corporal não se desenvolve, mas sofre um processo de estruturação, pela linguagem. Não lhes há exterioridade. A Imagem Corporal, portanto, não se estrutura independentemente da linguagem, posto que o sujeito não pré-existe a ela.

A constituição da Imagem Corporal pode ser vislumbrada em analogia ao processo de aquisição de linguagem postulado por De Lemos. Para a autora, a noção de desenvolvimento lingüístico pode ser radicalmente criticada, uma vez que por este processo entende-se o aprendizado e a construção do conhecimento necessário para que a criança se torne um falante nativo de sua língua, hipótese equivocada porque a língua é ela mesma um sistema, uma estrutura com totalidade: não se aprendem primeiramente as menores categorias para depois uni-las em estruturas maiores e mais complexas, mas o sistema como um todo é

apreendido pelo falante, mesmo porque os diferentes níveis são absolutamente indissociáveis.

O termo desenvolvimento remete-nos a uma noção de progressão no tempo cronológico, abordagem válida se se pensa a maturação biológica do organismo, temporal, e a idéia de superação a cada fase. A estruturação, ao contrário, é da ordem da organização, atemporal. No caso da Imagem Corporal, não há uma cronologia evolutiva de um estágio simples ao complexo, mas uma antecipação pela estrutura simbólica, da qual o sujeito sempre fez parte – haja vista que o simbólico pré-existe ao sujeito – e passa, pelo que se depreende da metáfora com o espelho, a ocupar outro lugar. No espelho, há a identificação com uma imagem pré-construída na estrutura simbólica que antecipou um funcionamento corporal ao organismo humano.

O último parágrafo desta dissertação não irá fechar a reflexão aqui empreendida, ao contrário, vai atestar possibilidades de reflexão para as duas áreas do conhecimento aqui concernentes: a Lingüística e a Educação Física. Quanto à Lingüística, este foi um trabalho que materializou algumas questões polêmicas dentro da própria ciência, visto que propõe a inclusão daquilo que teorias mais tradicionais excluem: o sujeito falante. Esta é uma discussão sempre essencial à nossa área, especialmente porque o corpo também se inclui aqui e possibilita o diálogo com outra área de pesquisa inicialmente absolutamente distante, a Educação Física. Relativamente a esta, o aparato teórico da Lingüística, atravessada pela leitura psicanalítica lacaniana, instaura novas

possibilidades acerca das teorizações sobre sujeito e corpo já comumente realizadas por pesquisadores da área, haja vista a premissa teórica inovadora em que este trabalho fundamentou-se. Para ambas as áreas, novos dados, novas acepções, sempre desestabilizam conceitos arraigados e permitem novas visadas que, no mínimo, convocam-nos a refletir sobre nossas práticas.

ANEXO

O quadro apresentado a seguir está baseado nos trabalhos de Barbosa (2003) e Knijnik (2001) e ilustra a mudança do conceito de Imagem Corporal de autor para autor:

IMAGEM CORPORAL: AUTORES E CONCEITOS	
Gorman (1969)	É o conceito de uma pessoa sobre seu corpo, o qual tem sido formado pelas interações de combinações perceptuais consistindo em todo presente e passado de experiências sensoriais e combinações de todas as experiências e memórias.
Wahba (1982)	A Imagem Corporal mais definida é consciente e decorre de uma melhor apropriação do corpo; é indispensável ao processo de formação da identidade.
McCrea, Summerfield e Rosen (1982)	Refere-se ao corpo como uma experiência psicológica e foco de sentimentos, atitudes individuais em direção a si próprio; concerne às experiências individuais e subjetivas com seu corpo e a maneira pela qual estão organizadas.
Dolto (1984)	É a síntese de vida de nossas experiências emocionais, é o momento, memória inconsciente de tudo vivido, relacional e ao mesmo tempo é atual, vive em situação dinâmica.
Cash e Pruzinsky (1990)	Uma experiência individual permeada por sentimentos, determinada também socialmente com experiências não fixas, influenciam o processo de informações que são acrescidas a cada momento, sendo multifacetada.
Fallon (in Cash e Pruzinsky) (1990)	É o modo com que as pessoas percebem e, igualmente, o modo que pensam o que vêem.
Bernstein (citado por Cash e Pruzinsky) (1990)	É um fenômeno biopsicossocial que engloba a visão de nós mesmos.
Craig e Caterson (citados por Anaruma) (1995)	Estendem o conceito a dois pontos: 1) superfície, comprimento e figura postural do corpo; 2) atitudes, emoções e reações dos indivíduos em relação a seus corpos.
Schilder (1999)	É a representação mental do corpo do indivíduo. É o nosso corpo representado em nossa mente. É a figuração de nosso corpo em nossa mente.
Barros (2001)	Somos nós mesmos relacionando-nos com o mundo e com as pessoas numa unidade corporal e, construindo, assim, uma nova imagem a cada momento. Simboliza nosso ser.
Tavares (2001)	É uma experiência em primeira pessoa, uma experiência muito especial, no sentido em que o objeto corresponde a nosso eu, dentro de aspectos conscientes e inconscientes. A Imagem Corporal é totalmente vinculada à minha identidade e à minha experiência existencial

BIBLIOGRAFIA

AUCUTURIER, B. e LAPIERRE, A. *Fantasmas corporais e prática psicomotora*.

São Paulo: Manole, 1984.

BALBO, G. e BERGÈS, J. *A atualidade das teorias sexuais infantis*. Porto

Alegre: CMC Editora, 2001.

BALESTRA, C. M. *A imagem corporal de idosos praticantes e não praticantes de atividades físicas*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade

Estadual de Campinas, 2002.

BARBOSA, R. M. S. P. *Avaliação da catexe corporal dos participantes do programa de Educação Física Gerontológica da Universidade Federal do Amazonas*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BARROS, D. D. ***Estudo da imagem corporal da mulher: corpo (ir)real X corpo ideal***. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

BENVENISTE, E. Comunicação animal e linguagem humana. In: _____

Problemas de Lingüística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri. Revisão de Isaac Nicolau Salum. 4^a. ed. Campinas: Pontes, 1995. p. 60-67.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____ *Problemas de*

Lingüística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri. Revisão de Isaac Nicolau Salum. 4^a. ed. Campinas: Pontes, 1995. p. 284-293.

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução de Carlos A. L.

Salum e Ana Lúcia Franco. 1^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASH, T. F. e PRUZINSKY, T. Understanding Body Images: Historical and

Contemporary Perspectives. In: _____ ***Body Image: a handbook of theory, research, & clinical practice***. New York. London: The Guilford Press, 2004.

COSTA, A. M. M. Algumas reflexões sobre a inscrição da letra. In: LEITE, N.

V. A. (Org.) ***Corpolinguagem: gestos e afetos***. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 115-124.

CULLER, J. *As idéias de Saussure*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca.

São Paulo: Cultrix, 1979.

DE LEMOS, C. T. G. Corpo e Linguagem. In: LEITE, U. (Org.). **Corpo - mente:**
uma fronteira móvel. 1ª. ed. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1995, v. 1,
 p. 235-247.

_____. Questioning the notion os development: the case of language
 acquisition. In: *Culture & Psychology*, Vol. 6, No. 2, 2000, p. 169-182.

_____. Corpo & Corpus. In: LEITE, N. V. A. (Org.) **Corpolinguagem:**
gestos e afetos. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 21-30.

DOLTO, F. *A imagem inconsciente do corpo*; tradução de Noemi Moritz e
 Marise Levy. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FREUD, S. O ego e o id. Tradução de Eudoro Augusto Macieira de Souza. In:
 _____ Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud.
 Rio de Janeiro: Imago, 1923.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução. Tradução de
 Themira de Oliveira Britto, Paulo Henriques Britto e Christiano
 Monteiro Oiticica. In: _____ Edição Eletrônica Brasileira das Obras
Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1914.

JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

JERUSALINSKY, A. - A Formação da Imagem Corporal (Psicanálise e Psicomotricidade). In: *Escritos da Criança n° 4*. Porto Alegre: Publicação do Centro Lydia Coriat, 1996. p. 82-95.

KNIJNIK, J. D. ***Ser é ser percebido: uma radiografia da imagem corporal das atletas de handebol de alto nível no Brasil***. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

KUPFER, M. C. M. Notas sobre o diagnóstico diferencial da Psicose e do Autismo na infância. In: *Revista Psicologia USP*. Volume 11. Número 1. 2000.

LACAN, J. ***O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. ***O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. Função e campo da fala e da linguagem. In: _____ *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. ***O seminário, livro 3: as psicoses***. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEITE, M. P. S. *Fundamentos de Jacques Lacan*. In:
<http://psicanaliselacanianana.vilabol.uol.com.br/fundamentos.html>

LEITE, N. V. A. A ética da diferença. In: LEITE, N. V. A. (Org.)
Corpolinguagem: a est-ética do desejo. Campinas: Mercado de Letras,
 2005. p. 163-171.

_____. *O corpo como receptáculo*. Campinas. 3p. Mimeo.

LEVIN, E. ***A função do filho: espelhos e labirintos da infância***. Tradução de
 Ricardo Rosenbusch. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. ***A clínica psicomotora: o corpo na linguagem***. Tradução de Julieta
 Jerusalinsky. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LIER-DEVITTO, M. F. Linguagem-criança e instituições. In: *Colóquio do LEPSI*
IP/FE-USP. Ano 5, São Paulo: 2006.

MERLEAU PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MILLER, J. ***Percursos de Lacan: uma introdução***. Tradução de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MOLLOY, C. A. S. Das mulheres e do desejo do filho, mais um pouco... In: LEITE, N. V. A. ***Corpolinguagem: a est-ética do desejo***. Campinas: Mercado de Letras, 2005. p. 127-134.

MOTTA, R. C. *Avaliação da imagem corporal durante o processo de Rolfing®*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. Apontamentos sobre o corpo da linguagem. In: LEITE, N. V. A. ***Corpolinguagem: gestos e afetos***. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 47-60.

PORGE, E. ***Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino***. Tradução de Cláudia Thereza Guimarães de Lemos, Nina Virginia de Araújo Leite e Viviane Veras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 23^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

SILVEIRA, E. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da Lingüística*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SCHILDER, P. ***A imagem do corpo: as energias construtivas da psique***. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TAVARES, M. C. ***Imagem corporal: conceito e desenvolvimento***. Barueri: SP: Manole, 2003.

VORCARO, A. Incorporação do organismo na música do Outro desejante. In: LEITE, N. V. A. ***Corpolinguagem: a est-ética do desejo***. Campinas: Mercado de Letras, 2005. p. 115-125.